



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PRODUÇÃO CULTURAL

ÉRICA DA SILVA NEIVA BRITO

**SANKOFA:  
UMA INICIATIVA ARTE-EDUCACIONAL**

Niterói  
2021.2

ÉRICA DA SILVA NEIVA BRITO

**SANKOFA:  
UMA INICIATIVA ARTE-EDUCACIONAL**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharelado em  
Produção Cultural da Universidade  
Federal Fluminense.

Orientador:  
Prof. Dr. João Luiz Pereira Domingues

Niterói  
2021.2

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

B862s Brito, Érica da Silva Neiva  
Sankofa : uma iniciativa arte-educacional / Érica da Silva  
Neiva Brito ; João Luiz Pereira Domingues, orientador.  
Niterói, 2021.  
61 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Produção  
Cultural)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e  
Comunicação Social, Niterói, 2021.

1. Arte-educação. 2. Escrevivência. 3. Afrocentricidade.  
4. Projeto Cultural. 5. Produção intelectual. I. Domingues,  
João Luiz Pereira, orientador. II. Universidade Federal  
Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III.  
Título.

CDD -

ÉRICA DA SILVA NEIVA BRITO

**SANKOFA:  
UMA INICIATIVA ARTE-EDUCACIONAL**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharelado em  
Produção Cultural da Universidade  
Federal Fluminense.

Aprovado em: 08 de fevereiro de 2022

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. João Luiz Pereira Domingues

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Teresa Mattos de Moraes

---

Prof. Me Luiz Carlos Mendonça

Niterói  
2021.2



COORDENAÇÃO DE  
PRODUÇÃO CULTURAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PRODUÇÃO  
CULTURAL

## ATA DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO E DEFESA DE TRABALHO FINAL II

Ao oitavo dia do mês de Fevereiro de 2022, às quatorze horas, realizou-se de forma remota (online), excepcionalmente, em conformidade com a Decisão Nº. 100/2020 de 21/05/2020, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Fluminense, a sessão pública de arguição e defesa do Trabalho Final II intitulado “**Sankofa: uma iniciativa arte-educacional**”, apresentado por **Érica da Silva Neiva Brito**, matrícula 217033086, sob orientação do(a) Prof(a). Dr(a). João Luiz Pereira Domingues.

A banca examinadora foi constituída pelos seguintes membros:

- 1º Membro (Orientador(a)/Presidente): Dr. João Luiz Pereira Domingues  
2º Membro: Drª. Maria Teresa Mattos de Moraes  
3º Membro: Me Luiz Carlos Mendonça

Após a apresentação do(a) candidato(a), a banca examinadora passou à arguição pública. O(a) discente foi considerado(a):

Aprovada

Reprovada

Com nota final após arguição:

10,0 (dez)

E para constar do respectivo processo, a coordenação de curso elaborou a presente ata que vai assinada pelo presidente da banca:

JOAO LUIZ PEREIRA DOMINGUES Assinado de forma digital por JOAO  
LUIZ PEREIRA DOMINGUES  
joaodomingues@id.uff.br:08800 joaodomingues@id.uff.br:08800893775  
893775 Dados: 2022.02.08 15:02:38 -03'00'

\_\_\_\_\_  
Presidente da Banca

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todas as pessoas que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho, enriquecendo o meu processo de aprendizado e me incentivando a não desistir! Em especial agradeço ao meu amado esposo pelo cuidado, suporte e companheirismo, aos meus pais, irmã e irmão, avós, tias e tios, primas e primos, pelas orações e por me ensinarem todos os dias a resiliência, as fiéis amigas e amigos pela compreensão nas ausências, pelo apoio e torcida incondicional, ao meu querido orientador pela parceria, disponibilidade e por sempre acreditar em mim, a minha turma Procult 2017.2 pelo elo afetuoso criado nessa aventura que vivenciamos, por nunca soltarem minha mão e por me ensinarem tanto em toda troca que tivemos, as incríveis professoras e professores do curso que dentro de suas peculiaridades me ajudaram a modificar minha forma de ver o mundo, ao Cheerwolves que me ensinou que sempre é tempo de tornar um sonho realidade, e por fim, mas não menos importante, ao meu Deus que de infinitas formas e através de todas essas pessoas demonstrou constantemente o seu amor e cuidado por mim.

*Ao meu passado: Elza, Carminha,  
Estelita, Cecília, Edite e Maria Escolástica.*

*Ao meu futuro: Maria Vitória, Emile, Ellen, Marília, Keren, Bob, Tiaguinho,  
Marlon, Alira, Laura, Cecilia, Olga, Safira, Lis, Élise, Dylan, Nicolas, e Maria Helena.*

## RESUMO

A Lei Federal 10.639/2003 prevê a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura da África e Afro-brasileira. Por termos um cenário hegemônico de uma única história contada a partir de uma perspectiva de democracia racial, esta lei foi criada como uma tentativa de preencher esta lacuna existente a partir do epistemicídio imposto a cultura e costumes do povo negro. Após dezenove anos de existência, percebe-se que diversos fatores colaboram para dificultar a efetivação desta lei, desde a ausência de preparação das professoras até a hierarquização e estigma formado em relação a toda contribuição dos negros no País. Assim, este trabalho visa desenvolver um instrumento aplicável que colabore com a construção de uma educação afroafirmativa e antirracista, onde através da execução de ações que tenham como cerce a valorização de alguns princípios afrocentrados, venha a contribuir positivamente com o processo de construção da identidade racial das discentes negras, principalmente, mas também, das indígenas e brancas, dando possibilidades para que cada uma seja consciente do lugar que ocupa no mundo e das possibilidades de transformação e autonomia. Para tanto, o Projeto Cultural “Sankofa: uma iniciativa arte-educacional” tem como finalidade a execução do ‘*Ciclo Sankofa*’ ao propor e estimular a *escrevivência* de estudantes do ensino fundamental II em escolas públicas no Rio de Janeiro no decorrer de oito encontros diluídos em quatro semanas temáticas a partir de princípios afrocentrados.

**Palavras-chave:** Arte-educação; Escrevivência; Afrocentricidade; Ensino Fundamental II; Projeto Cultural.

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
-----------------------------	----

### PARTE 1

#### MEMORIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

INTRODUÇÃO À TEMÁTICA.....	14
1. PRODUÇÃO CULTURAL E EDUCAÇÃO: CAMINHOS POSSÍVEIS DE ATUAÇÃO.....	17
2. A LEI FEDERAL 10.639/2003 E AS SUAS DIFICULDADES PARA “SAIR DO PAPEL” .....	21
3. A PRÁTICA DA <i>ESCREVIVÊNCIA</i> COMO EMANCIPAÇÃO E MEMÓRIA DO POVO NEGRO.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	33

### PARTE 2

#### PROJETO CULTURAL: SANKOFA

RESUMO.....	38
1. APRESENTAÇÃO.....	39
2. OBJETIVOS.....	40
2.1. OBJETIVOS GERAIS.....	40
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	40
3. JUSTIFICATIVA.....	40
4. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO.....	42
4.1 DETALHAMENTO DO PROJETO.....	42
4.2 ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO.....	44
5. CRONOGRAMA.....	46
6. ORÇAMENTO.....	47
ANEXO.....	49
APÊNDICE.....	52

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

17 de agosto de 2017. Aula inaugural da turma 2017.2 de Produção cultural. Marina, na época coordenadora do curso, indaga: “Por que você escolheu produção cultural?”, a minha resposta é resumida e acompanha o que a maioria das ingressantes respondem: “Me apaixonei pela grade do curso”. Ali eu não tive tempo de contar toda minha história.

Contei que já era formada em enfermagem obstétrica, mas não disse que ingressei na área para concretizar o sonho de ser parteira, podendo proporcionar uma recepção com cuidado e empatia a uma nova vida e empoderando mulheres a se reconectarem consigo. Também não contei o quanto me senti realizada no primeiro parto que fiz, um recém-nascido de 3.4kg, parto normal, nenhuma laceração e que foi ali que percebi que era possível ajudar alguém a desmistificar ideias e verdades impostas, colocando em prática conhecimentos que poderiam mudar todo o entendimento sobre ações tão violentas quanto normalizadas.

Não precisei contar que era uma mulher negra, mas não contei que tinha acessado o ensino superior pela política de ação afirmativa, e também não contei que a minha elucidação sobre feminismo e racismo havia chegado muito recentemente.

Contei que era bailarina e que talvez esse meu lado artístico tenha me puxado para a Produção Cultural, mas não disse que já era professora a mais de 12 anos, nem que infinitas vezes mães de meninas negras me relataram o quanto estavam felizes por eu ser professora de suas filhas, na época eu nem entendia completamente o que isso realmente significava. Também não contei que foi lidando com sonhos e frustrações de crianças e adultas que por infinitas pressões sociais se sentem incapazes de se expressar artisticamente que conheci o meu “ser educadora” através da arte, que indo muito além da ação de passar algum conhecimento técnico é um veículo de transformação.

Da mesma forma, acabei não contando sobre as infinitas programações infantis que participei e coordenei. Através de muito teatro, música, brincadeiras e palhaçadas, nós tentávamos resgatar o direito à diversão de crianças das periferias de Salvador. Compartilhar o riso com elas sempre renovaram a minha esperança no amanhã.

Também contei que tinha saído de Salvador-BA e me mudado para Niterói-RJ por causa do curso, mas não entrei em detalhes sobre os motivos que realmente me fizeram decidir por pedir demissão de quatro escolas e me colocar novamente em uma graduação.

Foram muitos questionamentos externos: “você vai abandonar sua área?”, “você tem carteira assinada e vai pedir demissão?”, “como vai se sustentar lá?”, “aqui também tem esse curso pra que ir para tão longe?”, diversas preocupações racionais e cuidadosas que não

diminuíram a vontade e necessidade que ardiavam em mim para apontar o meu barco para um novo horizonte, uma nova motivação para prosseguir.

Me lembro que quando decidi que faria o Enem novamente, depois de 9 anos, e me perguntavam para qual curso eu queria ir, eu contava sobre a minha lista de 15 opções que iam de Produção Cultural/UFF a Luteria/UFPR. Sapatilhas, caderninhos, lápis e canetas coloridas, collant, meia-calça e jalecos, luvas e estetoscópio sempre andaram juntos na mochila, e eu sempre amei essa mistura. Me realizei fazendo partos e fui muito feliz dando aulas e coordenando programações infantis, mas ainda faltava algo que eu talvez tenha encontrado naquela grade curricular e em todas as possibilidades que ela me apresentava.

Depois de ter mergulhado no mundo das infinitas discussões e problematizações teóricas da Produção Cultural e de todos os novos conceitos que tenho aprendido como exótico e familiar, tradições inventadas, destruição da estética, valorização da cultura e perceber que todos eles são atravessados pelos conflitos e tensões existentes entre as diversidades culturais do nosso país, posso afirmar que o conceito de desconstrução tem sido norteador, ou melhor, *suleador*, literalmente me colocando de cabeça para baixo e me mostrando diversas novas formas de ver o mundo, que na verdade, não são tão novas assim.

Começo a pensar sobre este trabalho no início de 2020, ainda faltando um percurso considerável para finalizar a graduação e sem muita ideia do que fazer, muito por ter feito o caminho contrário. Eu tinha acabado de iniciar o Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades/PPCULT com a pesquisa "Políticas Culturais e Políticas de segurança no Rio de Janeiro: tensões, conflitos e relações étnico-raciais", e em conversa com meu orientador, João Domingues, alinhamos que este trabalho final seria um possível fruto desta pesquisa ou pelo menos que estivessem em algum tipo de diálogo. Contudo, em março de 2020 veio a pandemia bagunçando, realinhando todos os planos e de certa forma me dando um pouco mais de tempo para amadurecer o plano.

A ideia começou a se afunilar depois de assistir duas produções audiovisuais, o curta "Hair love (2019)"<sup>1</sup> de Matthew A. Cherry que me despertou para a iminência de representatividade negra do público infanto-juvenil e o longa "Escritores da liberdade (2007)"<sup>2</sup> de Richard La Gravenese que me provocou a começar a pensar nas relações sócio-político-culturais da arte com o campo educacional. Também não posso negar a grande influência da memória afetiva criada a partir dos projetos que idealizei e realizei enquanto aluna, e

---

<sup>1</sup>Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=kNw8V\\_Fkw28](https://www.youtube.com/watch?v=kNw8V_Fkw28). Acesso em 20 mai. 2020.

<sup>2</sup>Este longa é baseado em fatos reais a partir do livro "The Freedom Writers Diaries" de 1999. Disponível na Netflix. Acesso em 02 jun. 2020.

supervisionei enquanto monitora das disciplinas “Práticas experimentais em Produção Cultural” e “Projeto Cultural II” do Prof. Luiz Mendonça, que me ajudou a perceber a potencialidade existente em um projeto que, essencialmente, tenha como cerne a empatia. Posteriormente, ganhou estrutura principalmente a partir das leituras de bell hooks e da minha participação na idealização e construção da “Mostra Apalavrar”<sup>3</sup> onde tive os primeiros contatos com as obras de Paulo Freire.

Percebo que olhando para trás, a inquietação acadêmica que hoje arde em mim em tentar entender os enlaces do sistema que silencia, oprime e mata meu povo, é principalmente um desejo de dar mais um passo, de descobrir um algo a mais em novo nível de aprofundamento, me possibilitando sanar uma necessidade teórica e colocar em andamento uma urgência prática (ALMEIDA, 2021).

Então, posso dizer que me realizei na Enfermagem Obstétrica e me despertei na Dança, mas, foi quando eu retornei para o que havia deixado para trás, e que sempre esteve comigo, que me reencontrei nas possibilidades dos enlaces entre a Educação e a Produção Cultural.

---

<sup>3</sup>A Mostra Apalavrar foi uma iniciativa de discentes da disciplina Imaginário Coletivo e Criação Cinematográfica, ministrada pela professora Tetê Mattos através do convite do Centro de Artes UFF para compor a programação do XI Interculturalidades: “Primaverar, Viver Freire!” em 2021. Trouxe em sua programação, mostra de filmes e debates que tinham como objetivo principal estimular a reflexão e a consciência acerca da interferência da Educação na vida cotidiana do sujeito, proporcionando libertação, esperança e autonomia.

**PARTE 1**  
**MEMORIAL TEÓRICO-CONCEITUAL**

## INTRODUÇÃO A TEMÁTICA

Este Trabalho Final Projetual - não realizado, prevê a elaboração de um projeto cultural afrocentrado<sup>4</sup> que tenha por objetivo principal resgatar narrativas ao realizar ações que ao mesmo tempo valorizem alguns princípios afrocentrados como Mutualidade, Ubuntu, Gerontocracia e Ancestralidade, Solidariedade africana tradicional, entre outros, como também direcionem e estimulem a escrevivência entre estudantes de escola pública do ensino fundamental II. Através de ações lúdicas e pontuais, construídas em conjunto com a coordenação pedagógica e professoras<sup>5</sup> da escola como também de facilitadoras externas, este projeto cultural propõe ser executado em dois encontros semanais, no contraturno do estudante e terá duração total de quatro semanas.

Na ‘Parte 1’ será disponibilizado a escrita de um ‘memorial teórico-conceitual’ que embasará os conceitos e discussões abordadas pelo projeto em questão, objetivando apresentar deliberações que colaborem para o entendimento do contexto que estamos inseridos (FONSECA, 2002), perpassando pela análise de livros e artigos científicos, agregando também fontes mais diversificadas e dispersas, que, a priori, não possuem tratamento analítico, como produções artísticas (músicas, filmes e poemas), entrevistas e rodas de conversa. Este memorial teórico-conceitual será constituído a partir de três grandes eixos temáticos: 1. Produção Cultural e Educação: caminhos possíveis de atuação; 2. A Lei 10.639/2003 e as suas dificuldades para “sair do papel”; 3. A prática da *escrevivência*<sup>6</sup> como legado e memória do povo negro.

Na ‘Parte 2’ deste material, será apresentado o projeto cultural em si, a partir dos itens necessários à sua elaboração, tais como resumo, apresentação, objetivos, justificativa, estratégias de ação, cronograma e orçamento. Ainda consta no final do projeto um anexo com a sinopse de materiais literários e audiovisuais que possam vir a ser utilizados nos encontros,

---

<sup>4</sup>A perspectiva da Afrocentricidade tem como principal indagação se os padrões construídos pelo Ocidente abarcam as crenças, filosofia, experiência de vida e conhecimentos a respeito de povos e culturas africanos e diaspóricos. Esta perspectiva se coloca a partir da pluralidade, não se limita a um pensamento exclusivo e obrigatório sobre todas as experiências, como fez o eurocentrismo, mas sim, admite e exalta a possibilidade de diálogo entre conhecimentos construídos com base em diversas perspectivas, sem pretensão à hegemonia. Para mais informações consultar: “NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora - Vol. 4.; 2009”

<sup>5</sup>A fim de trazer maior fluidez para a leitura, não realizarei inflexões de gênero (como por exemplo, todos, todas e todes) ao longo do texto e adotarei como representante comum a inflexão feminina (por exemplo, todas) quando for necessário. Salvo em citações diretas ou indiretas onde mantereí o gênero utilizado pelo autor ou autora do texto original. Esta diretriz não deve ser considerada, de forma alguma, de maneira restritiva, mas sim entendendo abarcar todas as possibilidades.

<sup>6</sup>Termo utilizado por Conceição Evaristo desde 1995, que será aprofundado, posteriormente, no terceiro eixo temático.

como também a mini biografia de oficinairos e estimuladores que possam vir a ser convidados para participarem dos encontros.

Projetos culturais podem ser colocados como um primeiro passo para operacionalizar uma ideia, são poderosos instrumentos técnicos e estratégicos utilizados para desenvolver desejos culturais, valores culturais, bens culturais, produtos culturais, entre tantos outros. Rodrigues (2011, p.14) diz que superando a instrumentalidade intrínseca ao Projeto cultural, é possível estabelecer “novos processos de subjetividade (uma vez que conjuga novas percepções/ visões de mundo)” como também buscar “apreender anseios e desejos para com os grupos sociais para os quais se volta”, ou seja, possibilitar diálogos e construções que sejam feitas ‘com’ o grupo social, e não apenas ‘para’ o grupo social no qual o Projeto cultural está direcionado.

Visto que qualquer pessoa, grupo social ou empresa pode propor um projeto cultural, é preciso valorizar e compreender a importância de um projeto cultural que tenha o envolvimento de Produtoras Culturais. Estas profissionais que “reconhecem no universo da cultura, sua matéria prima” (RODRIGUES, 2011, p.9), que se dispõem a estudar, discutir e elaborar soluções para as problemáticas desta área, estarão mais atentos a pensar e elaborar projetos culturais que processem as dimensões concretas e simbólicas da Cultura, colaborando deliberadamente com as desconstruções e modificações de estigmas, podendo até influenciar outros campos econômicos, sociais e políticos da sociedade.

“*SANKOFA: uma iniciativa arte-educacional*” traz uma potente particularidade que é a integração entre cultura e educação. Duas grandes áreas sociais que têm grande papel na formulação e ratificação de distinções pois são atravessadas discursivamente e simbolicamente pelos signos representativos presentes na sociedade. O poder do discurso é uma das armas mais poderosas para direcionar ações que irão reafirmar pensamentos e conceitos enraizados na sociedade, homologadas, principalmente, pelas micro ações afirmativas cotidianas realizadas pelas instituições sociais. O *Habitus primário*, capacidade de incorporar estruturas sociais, sentimentos e modos de agir, é formulado principalmente através da família, ainda assim, a escola também tem o seu papel de importância nisso, pois é um desses círculos de socialização que ocorrem ainda na infância e portanto, colabora com a construção identitária da população infanto-juvenil (BOURDIEU, 1989). Por isso, a escolha de realizar este projeto em uma escola, se dá no entendimento do poder que esta instituição detém.

A decisão pelo nome do projeto se deu por entender as estruturas opressoras as quais a população negra ainda tem sido imposta. Niangoran-Bouah diz que Sankofa significa "volte, procure e tome ou recupere. Um símbolo representando a busca do conhecimento e a volta à

fonte" (NIANGORAN-BOUAH, 1984, p.210 apud KARENGA 2009 p.350), entendendo que só é possível ter compreensão da nossa jornada quando reconhecemos de onde partimos.

A identidade visual também acompanha esta premissa ao fazer uso das cores internacionais da diáspora africana: verde, vermelho, amarelo, branco e preto. Estas também estão presentes na Banda Olodum de Salvador-BA, no Pan-africanismo e no Rastafarianismo do movimento reggae e representam as florestas equatoriais africanas, o sangue da raça negra, o ouro da África, o orgulho da raça negra e a paz mundial. Além disso, também vemos a presença de pássaros, em diferentes cores e tamanhos, que voam em uma perspectiva circular.

Desde que os portugueses chegaram às terras brasileiras em 1500, e iniciaram a exploração dos povos originários e a escravização do povo africano, passamos mais tempo em um sistema escravocrata do que em libertação. Além disso, a diáspora africana forçada pelo tráfico transatlântico de escravizadas, gerou violências simbólicas perante o modos de vida, formas de organização política, práticas religiosas e língua deste povo, de modo que, após mais de 500 anos, ainda é ignorada toda essa contribuição sócio-política-cultural que as afrodescendentes criaram a partir desta nova forma de viver no Brasil. Todo este cenário colabora para que qualquer ação cultural e conhecimento que não tenha sido assimilado pelo ocidente branco, seja apagado.

As premissas deste sistema mundo europeu/ euro-norte-americano moderno/ capitalista/ colonial/ patriarcal (GROSFOGUEL, 2008) ainda direciona as determinações nos âmbitos sócio-político-culturais do país. Boaventura (2019, p. 183) conceitua o epistemicídio como a “destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas” e acrescenta críticas a essa tentativa de tornar o mundo monocultural.

Assim, principalmente após alteração na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação, que tornou obrigatório o estudo da História e Cultura da África e Afro-brasileira, a partir da implementação da lei federal nº 10.639/2003, diversas ações têm sido realizadas a fim de colaborar com essa demanda de forma eficaz. Projetos como “*Afroinfancia*”<sup>7</sup>, “*Afroeducação*”<sup>8</sup>, “*Amoras*”<sup>9</sup> e a “*Coleção Black Power*”<sup>10</sup>, são iniciativas que utilizam de brinquedos, materiais pedagógicos, livros e até lápis de cor que possam colaborar com o dia a

---

<sup>7</sup>Informações disponíveis em: <https://www.afroinfancia.com.br/> . Acesso em out. 2021.

<sup>8</sup>Informações disponíveis em: <https://www.afroeducacao.com.br/quem-somos> . Acesso em out. 2021.

<sup>9</sup>Informações disponíveis em: <https://www.amorabonecas.com.br/sobre/>. Acesso em out. 2021.

<sup>10</sup>Informações disponíveis em: <https://www.editoramostarda.com.br/black-power/> . Acesso em out. 2021.

dia da escola em prol da efetivação da lei na sala de aula, e portanto, se colocam como inspirações e embasamento criativo para este projeto.

De maneira idêntica, o conceito de *escrevivência*, criado por Conceição Evaristo também encontra e embasa este projeto, como um instrumento de emancipação racial e autonomia. Para ela, de maneira geral, todas as pessoas ao contar uma história trazem suas vivências, principalmente quando vão criá-la e precisam definir sua temática, vocabulário que se usa e enredo, pois todas essas escolhas também são fruto de suas próprias experiências.

Paulo Freire, diz que para os seres humanos, como seres da práxis, transformar o mundo significa impregná-lo de sua presença criadora, deixando nele as marcas de seu trabalho. Portanto, *Sankofa* é em primeiro lugar, uma das armas contra esse epistemicídio ao qual a população negra tem sido imposta, e depois, um desafio intelectual e cultural de resgate desta memória e legado que foram perdidos no caminho.

## **1 PRODUÇÃO CULTURAL E EDUCAÇÃO: CAMINHOS POSSÍVEIS DE ATUAÇÃO**

Principalmente a partir da criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) que objetivavam ser instituições que proporcionassem, dentre outras coisas, a experiência de escolarização em tempo integral na década de 1980, a principal responsável por fazer a mediação entre a cultura local e o contexto pedagógico eram as animadoras culturais. O termo foi criado pelo escritor e Ministro da Cultura Francês André Malraux. No Brasil, foi apropriado por Cecília Fernandez Conde que fazia parte do grupo de artistas que participaram da implantação deste ofício nos CIEPs do Rio de Janeiro (CHAGAS, 2012).

Lopes (2006, p.2) traz a concepção definida pela UNESCO, em 1977, que diz que o trabalho das animadoras culturais se baseia em ser esse “conjunto de práticas sociais que visam estimular a iniciativa e a participação das populações no processo do seu próprio desenvolvimento, e na dinâmica global da vida sócio-política em que estão integradas”. Ou seja, animadoras culturais têm em seu cerne de atuação ser essa ponte entre cultura e educação objetivando modificar a realidade de um grupo ou lugar, onde, por ter encadeamentos de ordem educativa e cultural, mas também econômica e política, nos remete a uma ideia de participação que se compromete com o movimento da transformação da sociedade.

Diversos autores se comprometeram em tentar compreender a importância destes atores sociais no contexto escolar principalmente pela sua peculiaridade de normalmente ser um sujeito que faz parte da comunidade e não do corpo docente.

O Animador Cultural e sociólogo Rudolf Rotchild Costa Cavalcante, em seu artigo fruto do projeto-extensão “A Animação Cultural e a Educação para a Autonomia: Trabalhando Identidade e Reconhecimento nas Escolas Públicas Estaduais e Municipais em Campos dos Goytacazes - RJ”, traz um importante relato sobre o início desta profissão no Rio de Janeiro que, para ele, foi a proposta mais ousada da educação *darwyniana*, e levanta questionamentos quanto a sua dificuldade de aceitação por parte do Estado. Sobre isso, Cecília Conde, ao ser entrevistada por ele, traz uma importante observação ao dizer que:

Os professores geralmente não são do bairro onde a escola está inserida e estimulados pela sua formação querem na maioria das vezes ensinar o que a cultura mandou. Os animadores, ao contrário, levariam a cultura para dentro da escola e a escola para dentro da cultura, estariam dentro e fora da escola, ao mesmo tempo. Criariam caminhos antropológicos sem serem antropólogos, acima de tudo, observadores, provocadores, articuladores e desafiadores. (CAVALCANTE, 2008, p. 74)

Para Cavalcante (2008, p.74), “A tarefa do animador é justamente propor rupturas possíveis para que a cultura popular possa ser expressa com volúpia, sem se deixar levar pelo fluxo do controle social”, e acrescenta a fala do doutor em Educação e ex-coordenador de Treinamento do Programa de Animação Cultural (1991-1995), Mauro Sá Rego Costa, que afirmou em 1986 como o animador cultural é um dos poucos sujeitos capaz de responder e canalizar os interesses da comunidade, principalmente em relação a quebra de consensos culturais.

De fato, animadoras culturais trilham um caminho a partir de um princípio educacional muito trabalhado por Paulo Freire, que reclama a mudança de posição dos alunos ao retirá-los de objeto para sujeito, ou seja, parte da realidade para hegemonia, e não o contrário. Isso é transgressor e assusta aqueles que precisam manter determinadas classes sociais controladas e disciplinadas.

No prefácio da edição brasileira do livro de bell hooks, “Ensinando pensamento crítico”, Sérgio Haddad (2020, p. 15) escreve que o processo educativo que parte da realidade, não está apenas identificando os temas de interesse de cada coletividade, mas principalmente, partindo da interpretação dos próprios sujeitos oriundos deste cenário, adquire entendimento para saber como elas são vividas e proporciona abertura para diálogos realmente eficazes em prol da construção de práticas de verdadeira liberdade.

Contudo, apesar da relação dialética que a cultura tem com a educação, o cargo ‘Animadora cultural’ continuou a receber muitas críticas, chegando ao ponto de ser considerado como um cargo inconstitucional<sup>11</sup>, demonstrando o quanto o entendimento sobre seu papel era subjugado. Portanto, a partir desses fatos que corroboram com as outras autoras citadas anteriormente, podemos supor o motivo que faz com que tais atores sociais tenham tido tanta dificuldade de receber o apoio que deveriam, e ainda hoje lutam para obter o reconhecimento e direitos necessários à função.

Arelado a este movimento, nasceu em 1996 o curso de Bacharelado em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ). Pioneiro na área, ele tenta oferecer um consistente aparato teórico-crítico para dar respaldo acadêmico a uma profissão já consolidada no mercado. O processo de institucionalidade da área cultural passou pelo uso de terminologias como Animador Cultural, Promotor Cultural e Mediador Cultural e ultimamente se reduzem a Agente Cultural, Produtor Cultural e Gestor Cultural que segundo Luiz Augusto Rodrigues (2012), um dos fundadores do curso, também não dão conta da abrangência de possibilidades de ações proporcionada pelos três grandes campos conceituais e práticos que sustentam a grade curricular do curso, que são: Fundamentos dos meios expressivos e linguagens artísticas; Teorias da Arte e da Cultura; Planejamento e gestão cultural. Ao mesmo tempo, a partir de diversos estudos de egressas do curso, é possível perceber que infelizmente, a formação e profissionalização deste setor ocasionou um distanciamento da cultura com a área educacional.

Livia De Carvalho Alves, em seu Trabalho de conclusão de curso em Produção cultural/UFF (2014), intitulado: “Produtor Cultural e a apropriação do conceito de Animador Cultural” levanta esse questionamento, onde, a partir de entrevistas realizadas com o Animador Cultural Jenesys Genuncio e com a Produtora Cultural Emily Krüger, investiga como foi aplicada a concepção de Animador Cultural criada por Darcy Ribeiro e seus colaboradores para os Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs e como ela acabou sendo forçadamente apropriada pelos Produtores Culturais. A autora conclui que ao comparar o Treinamento de Animadores, coordenadores e diretores Culturais do II PEE e a Grade de Produção Cultural da UFF, pode-se perceber várias relações entre os temas trabalhados (como linguagens da arte, música, teatro, relação entre arte, cultura e patrimônio, entre outros), porém ela afirma que existem temas específicos presentes no Treinamento de Animadores principalmente quanto a

---

<sup>11</sup>Mais informações sobre em: <http://comte.com.br/comissao-exige-que-secretaria-de-educacao-receba-animadores-culturais/> e <https://sitedosepe.azurewebsites.net/acao-sobre-a-animacao-cultural-comeca-a-ser-julgada-no-stf-nenhum-animador-cultural-e-inconstitucional/>. Acesso em 15 out. 2021.

atuação nas escolas, tais como a integração com a comunidade, a Cultura com mediadora das relações interpessoais na comunidade escolar e outras que trazem um diferencial na formação, e justamente pela ausência desse tipo de proposta de discussão no curso superior, em forma de disciplina específica para tratar deste campo, a formação em Bacharelado em Produção Cultural da UFF acaba por não dar conta de todas as possibilidades de ferramentas necessárias para a atuação na educação (ALVES, 2014). Este déficit colabora para que essas áreas, que podem e devem caminhar lado a lado, permaneçam se distanciando cada vez mais.

Em um contexto federal, o campo da educação e da cultura foram colocados em diálogo desde o início. O Ministério de Educação e Cultura (MEC) foi criado em 1953 e apenas em 1985<sup>12</sup> ocorreu a separação destas áreas trazendo mais autonomia para ambos os ministérios. Ainda assim, em alguns momentos, o Ministério da Cultura perdeu parte desta autonomia ao ser dissolvido mais uma vez em outros ministérios. Tendo como exemplo a recente extinção do mesmo, que foi absorvido pelo Ministério da Cidadania<sup>13</sup> e depois transferido para o Ministério do Turismo em 2019<sup>14</sup>.

Apesar da necessidade de intersecção de ações que deva ocorrer entre esses campos, colocar duas grandes áreas para dividirem a gestão, o financiamento e principalmente os objetivos podem ser lidos como uma estratégia de enfraquecimento e desmazelo, além da hierarquização que possa ser gerada (ou fortalecida) neste cenário.

Bourdieu entende o mundo social como uma construção na base de princípios de diferenciação e faz uma relação entre o espaço físico e o espaço simbólico que acompanha a influência do capital para estabelecer sua relação de força e poder. É importante salientar que estas estruturas não são naturais, são formadas a partir de disputas, de construções histórico-sociais e, portanto, necessitam de mecanismos para sua manutenção. Além disso, a divisão e subdivisão dos campos, os limites impostos para cada campo e até a distinção e consequente classificação, além de gerarem os signos através de estigmas e emblemas, também são alimentados por eles gerando um cenário hegemônico. Esta teoria nos ajuda a começar a entender porque o campo cultural por vezes é tido hierarquicamente abaixo do campo educacional em termos de autonomia.

---

<sup>12</sup>O Ministério da Cultura foi criado em 15 de março de 1985 pelo decreto nº 91.144 durante o governo do Presidente José Sarney.

<sup>13</sup>Através da Medida Provisória nº870 de 1º de janeiro de 2019. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57510830/do1-esp-2019-01-01-medida-provisoria-n-870-de-1-de-janeiro-de-2019-57510692](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57510830/do1-esp-2019-01-01-medida-provisoria-n-870-de-1-de-janeiro-de-2019-57510692). Acesso em 10 jan. 2022.

<sup>14</sup>Através do decreto nº10.107 de 06 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.107-de-6-de-novembro-de-2019-226515233>. Acesso em 10 jan. 2022.

Um outro exemplo de diálogo entre esses campos aconteceu durante a parceria formada entre o Ministério da Educação e a Fundação Palmares em 2015, na época ainda vinculada ao Ministério da Cultura. Esta associação se deu principalmente em prol da formulação de ações e políticas públicas em favor da cultura afro-brasileira e de promoção da diversidade religiosa em cumprimento da meta 8 do Plano Nacional de Educação (PNE)<sup>15</sup> e da Lei 10.639/2003.

A Fundação Palmares é um órgão federal que tem como finalidade promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Criada em 1988, coordena o diálogo da luta contra as desigualdades sociais impostas aos cidadãos negros e atua como elo entre a sociedade civil e o Estado, principalmente por ser o primeiro órgão federal criado especificamente para cuidar da efetivação de políticas públicas de ações afirmativas no campo cultural e social.

Cida Abreu, presidente da Fundação Palmares em 2015, comenta ao dizer que “a parceria entre educação e cultura é uma necessidade para mudar a realidade social da população negra. Para fazer a transformação do ponto de vista cultural é preciso que a educação caminhe conosco”<sup>16</sup>. A partir desta fala, é perceptível o entendimento presente acerca da potencialidade existente no diálogo entre esses campos, ainda assim, por diversos motivos, este passo só foi concretizado aproximadamente 17 anos após a efetivação da lei.

Acompanhando as estruturas sociais em que estamos inseridos, por muito tempo, tanto o campo Educacional como o Cultural ratificaram ações que invisibilizam e criminalizam produtos intelectuais e culturais da população negra<sup>17</sup>, da mesma forma, por vezes, deixaram de institucionalizar ações que pudessem contrapor esta historicidade recorrente no País<sup>18</sup> e, portanto, necessita de um investimento de desconstrução deste sistema estrutural.

## **2 A LEI 10.639/03 E AS SUAS DIFICULDADES PARA “SAIR DO PAPEL”.**

O final da década de setenta e início da década de oitenta foram palco de importantes eventos voltados à discussão dos direitos dos cidadãos negros. Tendo como exemplo o Congresso Afro-Brasileiro, realizado em 1979, onde mais de 600 representantes de diversos

---

<sup>15</sup>Esta meta tem como objetivo superar a desigualdade educacional a escolaridade média entre negros e não negros.

<sup>16</sup>Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/30311-cultura-afro-brasileira-e-objeto-de-parceria-entre-ministerios>. Acesso em 15 jan. 2022.

<sup>17</sup>Tendo como exemplo quando em 2017, senadores realizaram uma sugestão de projeto de lei (SUG 17/2017) que enquadraria o funk como “crime de saúde pública a criança aos adolescentes e a família”.

<sup>18</sup>O próprio processo de criação da Lei Federal 10.639 que só aconteceu por muita pressão e articulação da população civil. Este processo será abordado no próximo capítulo.

movimentos negros e entidades representadas em Congresso Nacional problematizam questões urgentes para a população negra e posteriormente, encaminham propostas ao então senador, Tancredo Neves.

Este congresso pode ser colocado como uma das diversas micro ações que evidenciaram a necessidade de articulação dos movimentos negros junto ao Estado em prol da reivindicação de espaços e órgãos representativos da cultura negra.

Na verdade, deve-se falar em inúmeros momentos de articulação, luta e demandas na busca por uma representação legítima e legal perante o estado, tanto de grupos, por exemplo, o Memorial Zumbi como de figuras tais quais Abdias Nascimento, Benedita da Silva, Paulo Paim, Lélia Gonzales, Edmilson Valentim, Carlos Alberto Caó e Carlos Moura. Mas, o fato é que independente de ter esta representação perante o estado, o movimento civil negro sempre foi responsável por diversas conquistas coletivas.

A lei federal 10.639/03 também é fruto desta luta antirracista do Movimento Negro. É preciso lembrar que por muito tempo, o campo educacional foi um espaço negado a este povo. Após a abolição da escravatura o acesso físico até foi garantido, contudo, ainda era necessária uma “segunda abolição”, como diz Santos (2005), pois a escola continuava a manter lógicas de desigualdade entre diferentes corpos. Acompanhando o padrão do sistema racista que ainda vigorava (e vigora) no país, as escolas predominantemente se alicerçavam em uma educação formal de embranquecimento cultural e na ideia do mito da democracia racial, inferiorizando qualquer contribuição que os afrodescendentes (e outros como os povos originários) pudessem trazer para enriquecer o campo educacional e cultural do país.

Sales Augusto dos Santos (2005), sociólogo e membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UnB faz um resgate histórico quanto as lutas do Movimento Negro até chegar na implementação da Lei, e cita Abdias Nascimento (1978), um dos intelectuais que teve participação ativa neste momento:

O sistema educacional é usado como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro – elementar, secundário, universitário – o elenco das matérias ensinadas [...] constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características, do seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra. (NASCIMENTO, 1978: 95 apud SANTOS, 2005, p.23)

Portanto, discussões que já haviam sido iniciadas de forma muito tímida no *I Congresso do Negro Brasileiro* em 1950, começam a tomar força nos anos 80 quando os movimentos

sociais e intelectuais negros militantes começam a incluir em suas agendas de reivindicação a pauta da Educação a favor da verdadeira democratização de acesso (SANTOS, 2005).

Então, começando pela *Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida*, realizada em 1995, que culminou com a entrega do ‘Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial’ ao chefe de Estado brasileiro, contendo várias propostas antirracistas tais como: “Desenvolver programas permanentes de treinamento de professores e educadores que os habilite a tratar adequadamente com a diversidade racial como também identificar as práticas discriminatórias presentes na escola e o impacto destas na evasão e repetência das crianças negras”; “Monitorar os livros didáticos, manuais escolares e programas educativos controlados pela União” e “Implementar a Convenção Sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino” (SANTOS, 2005, p.25). Como também, passando pela conquista da implementação de Leis Orgânicas Municipais muito importantes em Salvador/BA (1990); Belo Horizonte/MG (1990), e Porto Alegre/RS (1991), Belém/PA (1994), Aracaju/SE (1995), São Paulo/SP (1996), Terezinha/PI (1998). Finalmente, após mais de meio século de luta, ocorre a alteração da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a partir do sancionamento da Lei Federal nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003 que traz a obrigatoriedade do estudo da história dos africanos, da cultura negra brasileira, sua colaboração na formação social brasileira, como também de toda luta dos negros no País.

Antes de mais nada é crucial enfatizar a importância desta lei para a comunidade negra, da mesma forma que é inegável perceber o quanto ela também abriu portas para que outras coletividades fossem contempladas<sup>19</sup>.

Em entrevista cedida ao site jornalístico Jornal48, Carolina Maíra Moraes, mulher negra, produtora cultural, historiadora e fundadora da *African Pride*, fala como este ensino não deve ter o enfoque a partir da escravidão, ao dizer que “Antes de chegarem aqui os negros eram proprietários de seus corpos, de sua língua, de sua música e de sua cultura. Eles foram escravizados no meio do caminho, mas eles não nasceram escravos”, enfatizando que a escola é o lugar onde isso deve ser trabalhado. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, disponibilizada em 2004, esta Lei mostra “exigências de mudança de mentalidade, de maneiras de pensar e agir dos indivíduos em particular, assim como das instituições e de suas

---

<sup>19</sup>Como aconteceu com a retificação realizada com a Lei nº 11.645/2008 que incluiu o estudo de aspectos da história e da cultura dos povos indígenas. Pelo recorte específico deste trabalho me limitarei a tratar apenas da 10.639/2003. Não anulando, em hipótese nenhuma, a importância e necessidade de ações que também tenham essa abrangência.

tradições culturais” tanto quanto “resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira” (BRASIL, 2004, p. 9 e 21). Além disso, traz diversas orientações quanto à aplicação da lei na prática.

Contudo, as dificuldades da lei para “sair do papel” estão presentes desde sua implementação até os dias de hoje. Isso acontece por vários motivos que vão desde a ausência de treinamento específico para os professores, visto que, por muito tempo, essa temática não foi trabalhada nas formações pedagógicas (como graduações e pós graduações), até o próprio preconceito vestido de intolerância religiosa por parte dos pais e, por vezes, da própria comunidade escolar. Em 2018, a professora Sabrina Luz, atuante na rede Municipal de Macaé, foi denunciada à Secretaria Municipal de Educação por ter exibido em sala de aula o filme “Besouro<sup>20</sup>” que fala sobre a resistência negra na década de 20 a partir da história do capoeirista baiano Manuel Henrique Pereira. Em depoimento<sup>21</sup> Sabrina Luz declarou que apesar de não saber ao certo o teor da denúncia, acredita se tratar de intolerância religiosa e acrescenta: “A escola pública é laica, todos os alunos de todas as religiões cabem dentro dela. O racismo é crime e nós professores temos que ensinar no cotidiano como foi a escravidão, mostrar a resistência do povo negro e a sua história”. Felizmente a Prefeitura de Macaé lançou nota informando que não abriria processo contra a professora por ela estar respaldada pela Lei 10.639/2003. Ainda assim, outros casos como esse continuam a acontecer (BASÍLIO, 2018).

A Afroeducação é uma empresa social pioneira na produção de ações estratégicas para a equidade racial brasileira. Desde 2008, realizam ações através da Educomunicação buscando estabelecer diálogos que ultrapassem as barreiras existentes na implementação da Lei. Em sua última campanha intitulada “Vamos tirar a lei do papel?”<sup>22</sup>, levantaram o questionamento acerca da atuação da branquitude nesse contexto, e em como ela impacta na aplicação da lei 10.639/03. Paola Prandini, mulher branca, cofundadora da Afroeducação, em entrevista para o site jornalístico da Globo (G1) diz que é necessário que a comunidade escolar e principalmente os educadores que possuem a autonomia para decidirem em que darão enfoque em suas aulas, estejam atentos e abertos quanto a sua responsabilidade nesta situação, e acrescenta:

“A meu ver ainda existe um silenciamento em torno dessa lei, que é fruto de um pacto narcísico entre a população branca, que diz respeito a ‘eu não quero sair da minha zona de conforto, e desconstruir meus privilégios, e abrir mão de alguns deles’. Então, eu

---

<sup>20</sup>Trailer disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GCPkSI6iE8U>. Acesso em 1 dez. 2021.

<sup>21</sup>Depoimento da Professora Silva Luz disponibilizado em suas redes sociais. <https://www.facebook.com/brina.luz/videos/1783175768438867/?t=187>. Acesso em 1 dez. 2021.

<sup>22</sup>Campanha Afroeducação 2021, disponível em: <https://youtu.be/iA5Ut0mHpJg>. Acesso em 20 nov. 2021.

esqueço que o Brasil é o país mais negro fora do continente africano e mantenho esse currículo eurocêntrico, que valoriza o ocidente, ao invés do sul global.”

Da mesma forma, Benilda Brito, mulher negra, Pedagoga, Mestre em Gestão Social e militante do movimento negro desde a década de 80, cedeu entrevista ao Canal Preto, no youtube, e declara como foi importante, depois da lei, começar a trabalhar primordialmente a questão da identidade com professores negros pois “o professor que olha pro espelho e não acha sua cara preta legal, não vai trabalhar a lei 10.639”. E acrescenta ao dizer que sempre aconselha para que educadores negros que não tem condições de trabalhar a questão racial nas escolas ou de buscar entender sua identidade racial devem preferir se retirar, pois o estrago que o racismo provoca na criança mesmo a partir de situações aparentemente sutis, são extremamente eficazes pra “deformar a gente pro resto da vida.” (CANAL PRETO, 3:45’ e 4:15’)

Percebe-se então, que além de toda a dificuldade prática da situação (como a dita falta de preparação, textos e materiais pedagógicos), o cerne da questão passa muito mais pela disposição hierárquica em que as relações étnico-raciais foram construídas no país e que constantemente acaba por consolidar preconceitos e estereótipos (SILVIA, 2007). Nesta mesma entrevista feita ao G1, Paola Prandini que também é pesquisadora, e tem se empenhado em estudar a ‘branquitude’ no seu Doutorado, afirma que “o branco tem raça, ao mesmo tempo em que tem o privilégio racial de não ser racializado”, ou seja, já existe um preterimento a categoria do ‘branco universal’ orientando a qual coletividade e cultura será dado o privilégio de estar o tempo todo em visibilidade e valorização. Diferente do que é direcionado às outras.

Carolina Maíra Moraes salienta que:

“Ninguém quer ser reconhecido como descendente de escravos, principalmente em um momento de formação de autoestima, como o ensino fundamental e médio. Ninguém quer ficar pensando em um passado de dor e sofrimento, mas sim em um passado que traga orgulho.” (JORNAL48, 2021).

Da mesma forma, Cida Bento, pesquisadora do centro de estudos das relações de trabalho e desigualdade (CEERT), corrobora ao dizer que “quando uma cultura se impõe sobre a outra – como aconteceu no Brasil – é ela que fala. Há, portanto, um lugar de poder”. Nessa lógica, crianças brancas e negras são formadas para pensar sobre suas identidades de formas totalmente diferentes, direcionando os lugares sociais que serão ocupados por elas, e para a pesquisadora, a escola tem um lugar determinante na construção desse imaginário (GELEDÉS, 2020). Sueli Carneiro fala sobre isso ao trazer o exemplo das narrativas que eram impostas na época escolar da sua geração, onde, na aula sobre a formação do Brasil sempre se resgatava a ideia de que o Branco trouxe a civilização, o Indígena trazia o orgulho de não se deixar

escravizar, e o Negro se acomodou nessa condição, segundo ela, essa narrativa, que era constantemente repetida ano após ano, além de ser um pesadelo para a crianças negras, produzia nelas uma verdadeira *Hecatombe*<sup>23</sup>. (UNIBANCO, 2017).

Como visto, a educação que não é feita para o sujeito, que não dialoga com todas as realidades, pode dificultar a formação da identidade desses indivíduos. Para além disso, ela impede a “*consciência de e ação sobre*”, segundo Freire (2011), esta é a prática consciente que envolve reflexão, intencionalidade, temporalidade e transcendência, frutos de uma educação libertadora. Ele diz que “não podemos entrar na luta como objetos para depois nos tornarmos sujeitos”, é preciso, portanto, ultrapassar os limites colocados pela imposição dos significados, ou seja, a colonização da mente. Em seu livro “Ensinando pensamento crítico”, bell hooks (2020, p.83) cita esta fala de Paulo Freire ao dizer como a afirmação ressoou nela no sentido de lembrá-la da importância de se encontrar e ter uma voz e, a partir daí, reclamar a posição de sujeito.

KL Jay, DJ dos Racionais MCs, fez a seguinte afirmação em entrevista ao site jornalístico Alma Preta: “se a sua mente já está morta, o seu corpo ir embora é muito mais fácil”. Esta fala corrobora com a ideia trabalhada por Fanon (2008, p.33), ao entender a potência existente na posse da linguagem, dizendo que “falar é existir absolutamente para o outro”. As escolas têm privado crianças negras de falar a partir de seu lugar, de sua cultura, e conseqüentemente, privando o seu direito à existência.

Segundo Benilda Brito, o movimento negro já levantava essa discussão desde 1930 e no centenário da Abolição, em 1988, entregaram ao MEC um protocolo que dizia o quanto era preciso discutir a relação entre rendimento escolar e afetividade:

"Não se discute IDEB sem discutir racismo. Não se discute avanço educacional sem trabalhar a autoestima da criança negra. O racismo está ligado diretamente ao processo de ensino e aprendizagem, não é à toa que [...] quando as pessoas colocam “essa turma é mais desenvolvida, essa aqui é pior” as crianças negras estão em todas as turmas consideradas piores. Nós somos geneticamente capacitados como qualquer outra pessoa branca. A ciência já legitimou isso, por que é que a gente tá congelado nesse lugar do não saber?" (CANAL PRETO, 2019, 0:47')

É fato que a lei saiu do papel, hoje a maioria dos envolvidos nesta área tem conhecimento sobre ela como também existem Núcleos para a Educação das Relações Étnico-Raciais, destinado à formação continuada dos professores. Contudo, ainda há muito por fazer

---

<sup>23</sup>Etimologicamente, *Hecatombe*, palavra de origem grega, significa “matança de cem bois”. Por extensão, *Hecatombe* significa o sacrifício de numerosas vítimas, uma carnificina, uma grande mortandade. Hoje, pode ser utilizado para fazer referência a uma matança humana ou grandes catástrofes.

para realmente “tirar a lei do papel” e alcançar a tão sonhada mudança profunda do currículo escolar, onde toda cultura não-branca não seja mais acessada turisticamente, ou seja, com a realização de ações pontuais e isoladas, tal qual uma viagem turística que, por exemplo, normalmente ocorre no dia 13 de maio e 20 de novembro (NOGUEIRA, 2017). Para tanto, a luta pela disputa de representação é contínua. Se entender como uma potente classe objetiva, protagonistas de si ao tomar a posição de sujeito autorizado a significar é fundamental para iniciar possíveis ressignificações estruturais.

### **3 A PRÁTICA DA *ESCREVIVÊNCIA* COMO LEGADO E MEMÓRIA DA POPULAÇÃO NEGRA**

“*Úrsula*”, o primeiro romance antiescravista da língua portuguesa, foi escrito em 1859 por uma mulher negra, Maria Firmina dos Reis. Apesar de ter como história principal o enlace de amor e tragédia entre dois jovens (*Úrsula* e o nobre Bacharel Tancredo), o livro chama a atenção justamente por ir além de uma clássica história de amor impossível do séc. XIX ao trazer como pano de fundo discussões e denúncias importantes quanto a condição do povo negro escravizado nessa época. É possível perceber a autonomia e empoderamento das personagens negras ao demonstrarem total consciência quanto a sua condição, ao mesmo tempo que possuem conhecimento acerca da sua cultura e história de um passado africano.

Gloria Anzaldúa cita um poema de Alice Walker em seu ensaio quando diz que “O homem, como os outros animais, tem medo e é repelido pelo que ele não entende, e, uma simples diferença é capaz de conotar algo maligno” (WALKER 1979, p.169 apud ANZALDÚA 2000, p.230) e levanta alguns aconselhamentos sobre a importância de que mulheres escrevam sobre suas diferentes experiências, vivências e culturas que apesar de serem únicas, são também, ao mesmo tempo, globais. Entendendo também o empoderamento alcançado quando se toma a responsabilidade de falar de si e ensinar sobre, ao dizer que “uma mulher que escreve tem poder, e uma mulher com poder é temida” (ANZALDÚA, 1981, p. 234).

Collins (2016), também trata sobre o perigo de permitir que “outros” falem sobre a sua história e cita muitas acadêmicas negras que falam a respeito da distorção de fatos e observações sobre mulheres negras, sendo frequentemente afetadas pela diferença entre suas próprias experiências e as descrições sociológicas dos mesmos fenômenos sobre elas.

Por conta da interseccionalidade de opressão de raça e gênero e por estarem na base da pirâmide social, as mulheres negras são muito estimuladas a quebrar esse ciclo através do

empoderamento e da busca de sua voz. Ao mesmo tempo, justamente por ocupar esse lugar de “*outsider within*”<sup>24</sup> o feminismo negro entende que elas tem uma maior sensibilidade para perceber opressões direcionadas a outros grupos sociais, e portanto, dificilmente as ativistas constroem soluções separatistas, na verdade “baseiam-se na solidariedade da humanidade” (COLLINS, 2016, p.110). Logo, apesar dessas autoras direcionarem seus escritos à causa das mulheres negras, podemos abarcar essa busca pela autonomia através da escrita de suas vivências em diversos contextos, inclusive o de crianças negras, que também fazem parte da coletividade marginalizada.

Nesse mesmo texto, Collins (2016) critica alguns sociólogos que enxergam a marginalidade como um problema a ser solucionado. Ou seja, que entendem que estar nesta posição é estar como alguém que o destino sentenciou a viver em duas culturas antagônicas, a cultura marginal, daqueles que estão separados à beira da sociedade, e a cultura central, daqueles que estão no centro inseridos socialmente. Para a maioria deles, a solução então seria eliminar a diferença em prol da igualdade ou colocá-la num lugar de ‘não importância’, ignorada até ser minimizada completamente. Ela argumenta que o real problema está justamente no significado hierarquizado vinculado à diferença.

Contrapondo o pensamento destes sociólogos, é possível trazer a ideia de pensamento de fronteira de Ramón Grosfoguel (2008) que a traz como uma resposta epistêmica transmoderna descolonial do subalterno ao projeto eurocêntrico da modernidade. Então, para ele, as epistemologias subalternas podem gerar a diversidade de pensamento e respostas para os problemas do mundo, possibilitando pensar em diversos projetos étnicos-políticos em que poderia existir um diálogo e uma comunicação verdadeiramente horizontais entre os povos do mundo.

Logo, entendendo que pelo constante ato de invisibilidade e não aceitação de suas raízes culturais, as estudantes de escolas públicas de periferia se encontram em uma situação de não pertencimento e representação na sociedade hegemônica, sendo, portanto, indivíduos de fronteira. A interseccionalidade de opressões está intimamente ligada com o acúmulo de capital do sujeito, como dito anteriormente. Assim, todo esse ciclo de poder e influência depende da luta discursiva e da atribuição de sentidos e significados. Apesar de ainda enxergarem a influência da interseccionalidade de opressões de forma negativa, tendo como exemplo uma infante-juvenil, negra, pobre, estudante de escola pública que vem carregada de diversos estigmas relacionados a cada avenida identitária que possui, há quem a veja como

---

<sup>24</sup>Possíveis traduções do termo poderiam ser “forasteiras de dentro” ou “estrangeiras de dentro”.

potencializadora justamente pela sua vivência fronteirista que pode trazer outras visões e vivências consigo. Em suma, parafraseando Anzaldúa, é plausível dizer que: *“uma criança negra que escreve tem poder, e uma criança negra com poder é temida”*.

Frantz Fanon (2008) fala sobre a potência existente na posse da linguagem pelo subalterno, salientando que quando escrevemos e produzimos conhecimento sobre nós (e para nós) estamos dando significados, empregando um discurso, e, portanto, existindo. Este pensamento em associação com o que já foi discutido até aqui vem ao encontro do conceito de *“escrevivência”*, de Conceição Evaristo. A partir de um *“jogo com o vocabulário e as ideias de escrever, viver, se ver”*, a autora começa a formalizar o termo como uma estratégia de desconstrução da ordem que estava legitimada, nas palavras dela, *“os sentidos da palavra se adequariam a uma proposta de escrita literária que intenta borrar o imaginário que vê o(a) negro(a) em funções determinadas pelo sistema escravocrata”*. (EVARISTO, 2019)

Em seu livro *“Ensinando pensamento crítico”*, bell hooks, relata uma experiência pessoal vivenciada na sua época escolar:

Em vários lares de pessoas negras, pais e mães contavam às crianças narrativas sobre nossa história, sobre nosso passado, diferentes daquelas aprendidas de professores supremacistas brancos. Lembro-me de, no início do ensino médio, perguntar aos professores porque jamais liamos literatura de escritores negros. Disseram-me que não existia escritores negros. Quando cheguei à escola com uma lista de escritores negros [...] disseram-me que não se tratava de *“grande”* literatura, que era inferior e não merecia ser ensinada. (hooks, 2020, p.62)

Como se pode ver, sobretudo para aqueles que ainda estão subjugados pela diferenciação e marginalidade, além da História Oral ser utilizada para se opor a uma *“memória oficial”* (POLLAK, 1989), a escrita se torna esse lugar de criação, emancipação e também memória, legado e identidade, ou seja, verdadeiramente um lugar de transgressão.

Evaristo (2000) nos lembra que se para o subalterno o ato de ler pode proporcionar a apreensão do mundo, escrever pode ultrapassar os limites de uma percepção da vida. É a Transcendência trabalhada por Paulo Freire (2011, p.101), que entende ser *“a capacidade da consciência humana de sobrepassar os limites da configuração objetiva. Sem esta capacidade nos seria impossível a consciência do próprio limite”*. Dessa maneira, a *escrevivência* se torna um valioso instrumento nessa busca pelo que ficou pra trás, principalmente entre os mais jovens. Não pode ser vista como uma escrita narcisista de si, mas sim como uma escrita de nós, uma escrita que até pode começar com um caráter pessoal, mas, ela só fará sentido na medida que amplia e se torna a voz de vários sujeitos.

Visto que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais, Pollak (1992) se dedica a tentar entender as influências da memória na formação da identidade. A partir do estabelecimento de que a memória é seletivamente construída e de separar categorias como memória nacional e memória herdada e a memória subterrânea discutida em outros textos, o sociólogo trabalha o poder da memória para gerar a coesão social, tanto na manutenção da identidade de grupos sociais quanto no sentimento de pertencimento gerado em seus integrantes.

Em um debate realizado pelo Canal GNT, a doutora em filosofia africana Katiuscia Ribeiro, Fabio Porchat, Emicida e outros conversam sobre a importância de contar, falar e escrever a história e a memória do povo negro e citam como o grupo Racionais MC's, com o álbum “Sobrevivendo ao Inferno” pode ser colocado como a primeira voz a denunciar os limites e fracassos de um sonho de projeto de uma ‘cultura mestiça’ no País ao traduzir perfeitamente a experiência histórica de uma determinada coletividade, e os comparam a bossa nova de Chico Buarque, que por mais que tivessem tentando realizar o mesmo feito, criavam suas músicas a partir de uma pretensão a universalidade que não abarcava a todas as coletividades. Ao se colocarem como não partícipes da realidade da Bossa Nova, eles reivindicam o seu lugar no mundo ao reafirmar sua própria realidade, corroborando com Fanon, ele reivindica a sua própria existência e toma para si a autonomia de traduzir, cantar e dizer sobre a condição de uma experiência negra no Brasil. Ao final desse debate, Katiuscia Ribeiro retoma o convite feito pelo filósofo Mogobe Ramose a pensar a pluriversalidade, hipóteses, possibilidades e outros olhares na busca da destituição do caráter universal e acrescenta como a filosofia africana nos convida a fazer um sul, ou seja, indo na contramão do fluxo que só te leva ao norte, ao ocidente, ao lugar do universal que propõe modelos únicos de relações humanas e únicas possibilidades de narrativas.

Como tudo que evoca poder, o discurso, os significados e a memória estão em constante disputa. Essa universalidade cria estereótipos e incompletudes que ao serem demasiadamente repetidos se tornam definitivos. Quando pensa nas estruturas de poder do mundo, Chimamanda Adichie (2009) lembra de “*nkali*”, uma palavra da tribo Igbo que livremente se traduz por “*ser maior do que o outro*”. Ela fala sobre como o princípio “*nkali*” também define as histórias de determinados povos, e acrescenta “Poder é a habilidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa [...] é assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa repetidamente, e será o que ele se tornará.” Exatamente por não poder dissociar poder de ‘únicas histórias’, que a escritora nigeriana faz questão de reafirmar a importância que devemos dar às Histórias, pois ao mesmo

tempo que podem destruir a dignidade de um povo, também têm o poder de reconstituir o que se perdeu e reparar essa dignidade perdida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se constata é que infelizmente, independente da separação das grandes áreas de estudo (saúde, cultura, educação, segurança, etc.) existe entre elas um denominador comum, ou melhor, um alvo em comum. O fato é que o marcador negro e pobre entremeia todas as áreas sociais deste país como um alvo de violência (física e simbólica), estigmatização e invisibilidade. Necessitando cada vez mais de ações que efetivamente modifiquem este cenário.

A cultura, em especial, por transitar por todas as áreas sociais, e ser uma arena de disputa pelo direito de significar, carece tanto de uma necessidade teórica, ao valorizar a memória e conhecimento da história de cada coletividade para entender as posições dos sujeitos na sociedade, quanto de uma urgência prática que permita a criação de legados para as próximas gerações.

Já a educação, que pode ser colocada como a base da formação sócio política e até econômica da população em geral, entra como uma das instituições sociais com maior influência tanto na construção como na estigmatização ou emblematização de identidades. Devendo então, acompanhar as demandas sociais que anseiam por igualdade de condições na educação e estar atenta às falhas presentes no percurso da reparação histórica perante algumas coletividades.

Uma das ações prioritárias que possui poder para provocar diversas rachaduras estruturais é efetivamente tirar a Lei Federal 10.639/2003 do papel. Muitos estudos ainda estão sendo produzidos buscando avaliar a implementação da lei em diversas perspectivas<sup>25</sup> como do aluno, do professor, dos materiais utilizados e até da comunidade escolar como um todo. Isso colabora para a elucidação e principalmente fornece ferramentas analíticas para fundamentar ações e cobrar mudanças.

Para tanto, mesmo que a comunidade escolar tenha a consciência e meios necessários para iniciar ações efetivas que venham a minimizar os efeitos do epistemicídio perante os conhecimentos e cultura do povo preto como também de valorizar os costumes, ensinamentos,

---

<sup>25</sup>Para tanto ver: PAULA e GUIMARÃES (2014); MOTA(Org.) (2021); PEREIRA (2017); ALMEIDA E SANCHES (2017).

princípios e a memória afrocentrada, se faz necessário a presença de um profissional qualificado para fazer esta intermediação.

Assim, se antes o animador cultural se colocava como essa peça chave responsável em fazer a ponte entre as margens da cultura local e a educação formal, hoje a produção cultural pode ser vista como o rio que banha e alimenta estas duas margens, potencializando cada vez mais as possibilidades oriundas da diversidade.

## REFERÊNCIAS

- ALMA PRETA, Jornalismo Preto e Livre. **Epistemicídio, a morte começa antes do tiro.** Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/epistemicidio-a-morte-comeca-antes-do-tiro>>. Acesso em: 13 set. 2021.
- ALMEIDA, Mariana. **Minha missão na Terra é ensinar.** Publicação do perfil @falacomamari do Instagram em 07 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CXLgOCmDLWU/>>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- ALVES, Livia de Carvalho. **Produtor cultural e a apropriação do conceito de animador cultural.** Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense. Orientador: Prof<sup>o</sup> Me. Luiz Mendonça. Niterói, 2014.
- ANZALDÚA, Gloria. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229, jan. 2000.
- BASÍLIO, Ana Luiza. **Quinze anos depois, Lei 10.639 ainda esbarra em desconhecimento e resistência.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/quinze-anos-depois-lei-10-639-ainda-esbarra-em-desconhecimento-e-resistencia/>>. Acesso em: 8 dez. 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Espaço social e gênese das classes. Lisboa: Bertrand, 1989.
- CANAL GNT. A verdadeira história do povo negro que não te ensinaram na escola| Papo Rápido | Papo de SegundaYouTube, 1 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wV4ZXfQPt2s>>. Acesso em: 20 nov. 2021
- CANAL PRETO. **O RACISMO é PERIGOSO na EDUCAÇÃO das CRIANÇAS** - Canal PretoYouTube, 1 out. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KZGNu4NcWLS>>. Acesso em: 21 nov. 2021.
- CAVALCANTE, Rudolf R. Costa. **Animação Cultural: Darcy Ribeiro e a “Escola Nova” para os brasileiros mais pobres.** In: Agenda Social. Revista do PPGPS / UENF. Campos dos Goytacazes, v.2, n.2, mai-set / 2008, p.70-75.
- CHAGAS, Marcos Antonio Macedo das. **Animação cultural: uma inovação na escola pública fluminense dos anos 1980.** Tese. Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.
- COELHO, M. C.; COELHO, W. de N. B. **Jogando verde e colhendo maduro: historiografia e saber histórico escolar no ensino de História da África e da cultura Afro-Brasileira.** Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, v. 6, n. 3, dez. 2013, p. 92-107.
- COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: O mito das classes perigosas.** Rio de Janeiro. Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Sociedade e Estado. vol.31, no.1. Abr 2016, p. 99-127.

Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. BRASIL. **Lei 10.639/03 de 09 de janeiro de 2003**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

EVARISTO, Conceição. **Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita**. In: Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo / organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes -1. ed. - Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FANON, Frantz. **Pele Negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 14. ed. rev. atual. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

G1. **Após 17 anos da lei federal, ensino afro alcança todas as escolas municipais de SP; prática na rede ainda é irregular**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/11/20/apos-17-anos-da-lei-federal-ensino-afro-alcanca-todas-as-escolas-municipais-de-sp-pratica-na-rede-ainda-e-irregular.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2021.

GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra. **Desigualdade racial na educação brasileira: um Guia completo para entender e combater essa realidade**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/desigualdade-racial-na-educacao-brasileira-um-guia-completo-para-entender-e-combater-essa-realidade/>. Acesso em: 08 dez. 2021.

GROSGOUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, março 2008: 115- 147.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação e Realidade, v, 22, n.2, 1997.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade** (11ª. Edição). São Paulo: DP&A. 2006.

JORNAL48. **Resgate de origens africanas é reforçado por líderes nigerianos no Brasil**. Disponível em: <https://journal48.com/questoes-raciais/resgate-de-origens-africanas-e-reforçado-por-líderes-nigerianos-no-brasil/?fbclid=IwAR2x941j5wHk27iB4qLhkG0x5mvWeKJLiWmSIjYd1ODntCeE7H6vaFS68og>. Acesso em: 08 dez. 2021.

KARENKA, Maulana. A função e o futuro dos estudos *AFRICANA*: Reflexões críticas sobre sua missão, seu significado e sua metodologia. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora - Vol. 4**. São Paulo: Selo Negro, 2009. p.333 - 359.

LOPES, Marcelino de Sousa. **A animação sociocultural em Portugal**. Revista Iberoamericana vol.1, n.1., out.2006/fev.2007.

Memorial de Maria Firmina Dos Reis. Disponível em: <<https://mariafirmina.org.br/>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

NEXO, Jornal. **Conceição Evaristo: “minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra.”** Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>>. Acesso em: 16 dez. 2021.

NOGUEIRA, Renato. **Entre a linha e a roda: infância e educação das relações étnico-raciais**. In: Revista Magistro. vol.1, n.15.2017.

PROCULTUFF. Disponível em: <<http://procult.sites.uff.br/apresentacao-do-curso> />. Acesso em: 8 nov. 2021.

RODRIGUES, Heloisa Bueno. **Projeto cultural: Reflexões para além de um instrumento técnico**. In: Anais - Encontro de estudos multidisciplinares em cultura, VII Enecult, Salvador: 2011.

RODRIGUES, Luiz Augusto Fernandes. **Formação e profissionalização do setor cultural – caminhos para a institucionalidade da área cultural**. PragMatizes – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura, Ano 2, n. 3, set. 2012.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. *in*: Coleção Educação para todos. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Bruno Adriano Rodrigues da. **História da Animação Cultural nos CIEPs: uma análise sóciohistórica a partir da fala dos idealizadores do programa**. Licere, Belo Horizonte, v.11, n.1, abr./2008

SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart e WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

UNIBANCO, Instituto. [Observatório de Educação] **Gestão Escolar para Equidade Racial** YouTube, 12 maio 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tbdiR4AOmVE>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

XAVIER, Fabiana Guimarães. **Políticas públicas para a cultura negra**: a Fundação Cultural Palmares. Dissertação. Mestrado. Programa Multidisciplinar de Pós- Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Salvador, 2018.

**PARTE 2**  
**PROJETO CULTURAL**



**Érica Silva**  
**Produtora Cultural**  
**(21) 965599021**  
**[kneivabrito@gmail.com](mailto:kneivabrito@gmail.com)**

Niterói  
2021

## RESUMO

Este projeto cultural tem como finalidade a execução do ‘Ciclo Sankofa’, uma iniciativa arte-educacional que visa estimular a *escrevivência* de estudantes do ensino fundamental II em escolas públicas no Rio de Janeiro no decorrer de oito encontros diluídos em quatro semanas temáticas. A programação destes encontros será construída pela equipe multidisciplinar e coordenação pedagógica da escola em questão e direcionados pelas facilitadoras<sup>26</sup> contratadas.



---

<sup>26</sup> A fim de trazer maior fluidez para a leitura, não realizarei inflexões de gênero (como por exemplo, todos, todas e todes) ao longo do texto e adotarei como representante comum a inflexão feminina (por exemplo, todas) quando for necessário. Salvo em citações diretas ou indiretas onde manterei o gênero utilizado pelo autor ou autora do texto original. Esta diretriz não deve ser considerada, de forma alguma, de maneira restritiva, mas sim entendendo abarcar todas as possibilidades.

## 1. APRESENTAÇÃO

Sankofa é um símbolo *Adinkra* representado por um pássaro que voa para frente com a cabeça virada para a cauda, muito utilizado no contexto das diásporas. Têm sua origem na língua *Akan*, da África Ocidental, que diz “*se wo were fi na wosan kofa a yenki*”, que na tradução significa “*não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu*”.

O Sistema mundo de bases coloniais que permaneceu após a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, continuou deturpando o que poderia ou não ser lembrado, celebrado ou criminalizado. A constante tentativa de fazer vingar o mito da democracia racial, tardou a efetivação da Lei Federal 10.639 que só vigorou em 2003, após anos de lutas sociais. Ainda assim, com dezenove anos de existência, esta lei ainda não é colocada em prática de maneira realmente eficaz na maioria das escolas públicas e particulares do país, reduzindo suas poucas ações a pautas sobre racismo e opressão levantadas no mês da consciência negra, em novembro.

Este cenário de invisibilidade imposto colabora com a deturpação de suas próprias narrativas e representações, onde, principalmente para aqueles na faixa etária infante juvenil, podem causar severas consequências na construção do ser social. Afinal, sem a memória do seu passado de glória, representatividade em lugares de poder e perspectiva de futuro, é muito difícil que crianças e jovens se reconheçam como potência e tenham em si a liberdade, auto estima e confiança necessária para compreenderem seu contexto, narrarem suas próprias histórias e projetarem possibilidades de futuro que não se limitem à ideia de representação social instituída para este povo. Portanto, é perceptível a importância de retornar ao passado, ressignificar o presente para, então, construir uma nova possibilidade de futuro.

**“SANKOFA: uma iniciativa arte-educacional”**, visa resgatar narrativas ao realizar ações que ao mesmo tempo valorizem alguns princípios afrocentrados como Mutualidade, Ubuntu, Gerontocracia e Ancestralidade, Solidariedade Africana tradicional, entre outros, também direcionem e estimulem a escrivência entre estudantes de escola pública do ensino fundamental II, através de ações lúdicas e pontuais, construídas em conjunto com a coordenação pedagógica e professoras da escola como também de facilitadoras externas. Este projeto cultural propõe ser executado em dois encontros semanais, no contraturno do estudante e terá duração total de quatro semanas.

Com uso de material audiovisual, jogos, oficinas, livros e palestras, a estudante será convidada, a cada semana, a se banhar nos rios do passado para buscar um novo princípio afrocentrado que possa ter se perdido nos caminhos, e então escrever sobre eles atrelando com suas vivências.

## 1. OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVOS GERAIS

- Desenvolver instrumento aplicável que colabore com a construção de uma educação afroafirmativa e estimule a comunidade escolar, professoras e coordenadoras pedagógicas a se envolverem com as práticas antirracistas.
- Colaborar com o processo de construção da identidade racial das discentes negras, indígenas e brancas, dando possibilidades para que cada uma seja consciente do lugar que ocupa no mundo e das possibilidades de transformação.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aplicar o projeto em escolas da Rede Pública de Ensino, localizadas em periferias da cidade.
- Realizar o ‘*Ciclo Sankofa*’, que consiste em dois (2) encontros semanais durante quatro (4) semanas, tendo um princípio diferente trabalhado a cada uma.
- Realizar dois (2) encontros semanais com duração de 3h13 min, cada.
- Estimular a escrevivência entre discentes de escola pública do ensino fundamental II através da proposta de escrita de uma carta por semana (totalizando 5 cartas).
- Estimular a criação de um grupo/programa, coordenado por discente, responsável ou professor ligado à escola para dar continuidade às ações.
- Distribuir materiais artísticos e educativos afrocentrados para as escolas.
- Realizar a ‘*Expo Sankofa*’ e o ‘*Sara Sankofa*’ como produtos finais da iniciativa.

## 2. JUSTIFICATIVA

Desde 1988 foi apontado pelos movimentos civis a grande lacuna na formação oferecida às estudantes brasileiras. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), o Brasil tem em sua composição 54% da população autodeclarada negra (pretos e pardos), ainda assim, tem na sua estrutura social vestígios de um sistema educacional que exclui algumas cidadãs da possibilidade de conhecer e se identificar com a sua história e cultura. Stuart Hall trabalha em seus estudos com o conceito de "identidades culturais" que surgem através da relação de pertencimento a culturas étnicas, raciais e linguísticas. Onde, pela constante

invisibilidade de representação social ou da sua visibilidade estereotipada, tornam as identidades cada vez mais difusas e descentradas, gerando “crises identitárias” no indivíduo.

Para isso, a comunidade escolar pode ser colocada como uma das instituições sociais que têm grande influência tanto na construção como na valorização destas identidades. Devendo, portanto, acompanhar as demandas sociais que anseiam por igualdade de condições na educação.

A lei federal 10.639/03 surge como uma tentativa de compensar esta lacuna ao incluir no currículo oficial da Rede de Ensino Básico (pública e particular) a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Completando dezenove anos de existência no dia 09 de janeiro de 2022, continua sem muito a comemorar, pois, uma única história de opressão continua a ser contada a partir de uma perspectiva branca e eurocêntrica, deixando de fora toda a contribuição sócio-política-cultural do povo negro escravizado e seus descendentes.

Atrelado a isso, a população pobre e negra acumula os piores indicadores sociais no país. Um estudo apresentado no II Fórum Global sobre Desenvolvimento Humano (2000), demonstra que se levássemos em consideração apenas a cor do indivíduo, de acordo com informações sobre renda, educação e esperança de vida ao nascer, a discrepância dos resultados do Índice de Desenvolvimento Humano seria evidente. De 174 países, o Brasil ocupava o 74º lugar na lista da ONU nessa época. Se analisássemos apenas a população branca, o país subiria para a 48ª posição, entretanto, por outro lado, olhando apenas para a população negra, esta classificação cairia para a 108ª posição. Tais dados demonstram o quanto o racismo estruturado e estruturante presente em nossa sociedade influencia os processos de aprendizagens das crianças, e está associada aos índices de rendimento escolar do País, que segundo Benilda Brito, Pedagoga e Mestre em Gestão Social, está “congelando crianças no lugar do não saber”.

O apagamento de ideias e conhecimentos, pelo epistemicídio, de corpos pelo genocídio, além da criminalização e demonização de manifestações culturais oriundas do povo negro desestimulam que crianças e jovens periféricas se reconheçam como potência e possam projetar nossas possibilidades de futuro.

Para realmente valorizar as diferentes identidades, culturas e formas de viver, recomenda-se mudar o foco do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, ou seja, antes de fazer uso da lei para falar apenas sobre o racismo a que a população negra está submetida, focando na dor e opressão vivida por estes no país, é preciso também evidenciar a cultura e histórias de conquistas e glórias vividas pelos afrodescendentes, desde antes mesmo de chegarem a estas terras. Oferecendo às crianças outros mecanismos, outros materiais, perspectivas e metodologias para que ela possa se ver, e se perceber como aquilo de bom que

está representado, tendo a certeza de que suas vivências e complexidades também têm sua importância para a construção do país.

Portanto, este projeto cultural se faz necessário pois possibilita em primeiro lugar, respeitar a diversidade acima de tudo e trazer formas de colaborar com a reconstrução da potencialidade de crianças enquanto sujeitos transformadores, e depois, resgatar através de ferramentas artísticas culturais, e junto à comunidade escolar, esses outros mecanismos que podem trazer à tona outras vozes e narrativas, diminuindo as dificuldades para colocar a lei 10.639/03 em prática ao garantir o acesso de todas as crianças a uma educação holística.

### **3. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO**

#### **4.1 DETALHAMENTO DO PROJETO**

##### **Pré-produção - 60 dias**

Após uma reunião prévia realizada entre a idealizadora e a coordenação pedagógica da escola selecionada para receber a ação, serão levantadas as particularidades quanto a quantidade de turmas e alunas que participarão das atividades. Após isso, a primeira ação do projeto será de montar a equipe principal (A), majoritariamente composta por pessoas que se autodeclaram negras (pretas e pardas) que será responsável por articular todas as demais ações, constituída por: 1 (uma) coordenadora de produção; 1 (uma) produtora executiva e 2 (duas) coordenadoras de equipe, preferencialmente que atuem como arte-educadoras.

Assim sendo, esta equipe dará prosseguimento para alinhar datas e periodicidade das ações, mantendo a premissa de serem 2 (dois) encontros semanais por até 4 (quatro) semanas. Também selecionará a ordem do ciclo e quais os princípios a serem abordados, como também quais oficinas e ferramentas artístico-culturais que serão utilizadas a cada semana, ou seja, o plano geral do '*Ciclo Sankofa*'.

Paralelamente, será realizada a seleção da equipe secundária (B) do projeto, onde da mesma forma deverá ser majoritariamente composta por pessoas que se autodeclaram negras (pretas e pardas), constituída por: 1 (uma) psicóloga, 1 (uma) social media, 2 (duas) assistentes de produção, equipe técnica de som e projeção (apenas para o "Sara Sankofa") e também 8 (oito) facilitadoras que atuarão em duplas diretamente com as discentes durante as atividades, estas, obrigatoriamente deverão ser compostas por pelo menos 4 (quatro) pessoas que façam parte da comunidade escolar e preferencialmente por estudantes de pedagogia, letras e/ou outros cursos de licenciatura. Além disso, caso seja necessário, também será selecionada 1 (uma) consultora em acessibilidade cultural e inclusão e 2 (duas) intérpretes de libras.

### Produção - 90 dias

Aproximadamente dois meses antes da data estipulada para início da ação, será realizado o “Encontrão” uma reunião e treinamento com toda a equipe (A e B) que consistirá em: 1. Apresentação do projeto e suas idealizadoras; 2. Apresentação da escola (física e estruturalmente falando); 3. Apresentação nominal de toda a equipe e suas funções; 4. Aplicação da prévia de um dia de ação com toda a equipe, a ser direcionado pelas coordenadoras de equipe; 5. Treinamento específico que será realizado apenas com as facilitadoras, onde a partir deste, cada dupla será formada e definido seus dias de atuação. Além disso, cada dupla deverá finalizar o plano geral que foi criado, entregar o plano detalhado do ‘*Ciclo Sankofa*’ e também indicar os materiais específicos necessários para a realização das ações.

Um mês antes da data estipulada para início do ‘*Ciclo Sankofa*’, serão realizadas intervenções visuais na escola, através de cartazes. Além disso, neste mesmo dia, também será realizada a aplicação de um encontro, com os professores das turmas que participarão da iniciativa e responsáveis convidados, a ser coordenado pelas facilitadoras.

Durante o ‘*Ciclo Sankofa*’, cada dia de encontro terá duração de 3h13min e seguirá o seguinte esqueleto da programação: 1. Boas vindas no pátio; 2. Abertura na sala com jogo/dinâmica; 3. Contextualização do princípio da semana; 3. Troca em roda; 4. Exposição da ferramenta artística cultural ou oficina; 5. Troca em roda; 7. Avisos, tarefas, despedida em canto e entrega do lanche.

A cada semana será solicitado um produto escrito à mão pelo discente, totalizando 5 (cinco) ao final do ‘*Ciclo Sankofa*’. Sendo: 1ª - Carta expectativa; 2ª - Carta primeiras impressões; 3ª - Carta desabafo: Impactos; 4ª - Carta desabafo: Rachaduras; 5ª - Carta realidade. A primeira carta será lida pela equipe principal e de facilitadoras e se necessário, pela Psicóloga. A segunda, terceira e quarta carta serão entregues pelas discentes, lacradas pelas facilitadoras e depois guardadas em recipientes para serem devolvidas no último encontro. A quinta e última carta deverá ser entregue após 15 (quinze) dias do último encontro e fará parte da ‘*Expo Sankofa*’. Todas essas resoluções serão avisadas às discentes previamente.

Com data a combinar, será realizada na própria escola a ‘*Expo Sankofa*’, que consistirá numa exposição visual dos textos produzidos pelos discentes, concomitantemente ao ‘*Sara Sankofa*’, um Sarau musical e literário que dará oportunidade a toda a comunidade escolar a se expressar artisticamente, além de trazer convidados especiais. Neste mesmo dia, será entregue o kit de participação discente, contendo: certificado, 1 camisa e 1 livro, 1 diário. Presentes para a escola, como: materiais para biblioteca e/ou videoteca e cartilha contendo calendário em afroperspectiva, indicações de ações e contatos para os dias festivos. Também será realizado o

sorteio de vagas, entre os professores da escola, no curso “Afro Educativo- Formação Pedagógica” direcionado pela Escolinha Maria Felipa/ Salvador-BA. Por fim, neste dia, caso tenha, também será oportunizado o lançamento de algum grupo/programa, coordenado por discente, responsável ou professor ligado à escola, que possa vir a ser iniciado durante os encontros.

Exemplo:

SEMANA	TERÇA E QUINTA	DUPLA	CARTA
1. UBUNTU	Encontro 1 Encontro 2	Maria e Luana	Expectativa (no encontro 1) Primeiras impressões (no encontro 2)
2. SIMBOLO DENKYEN	Encontro 3 Encontro 4	Laura e Cecília	Desabafo: impactos (no encontro 4)
3. ANCESTRALIDADE	Encontro 5 Encontro 6	João e Dylan	Desabafo: Rachaduras (no encontro 6)
4. SÍMBOLO NCONSONKONSON	Encontro 7 Encontro 8	Max e Vitória	Realidade (após 15 dias do encontro 8)

Pós produção - 30 dias

A partir de questionário anônimo, será colhido o feedback das discentes participantes da ação, como também será solicitado que cada membro da equipe secundária entregue um relatório específico sobre suas ações. Após ler e analisar todo esse material, a equipe principal irá construir um relatório geral em duas vias, uma para arquivo, e outra para ser entregue à escola. Além disso, de acordo com suas funções específicas, a equipe principal dará conta de finalizar os pagamentos e prestação de contas, dar baixa e armazenar algum material de sobra, emitir certificados para a equipe, como também para a escola por ter participado desta ação.

#### 4.2 ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO

Além da busca ativa de escolas que se encaixem no perfil desejado, será necessário a criação de um perfil da iniciativa no Instagram, para alimentar com conteúdo que além de despertarem o interesse de alunos e professores a solicitar a execução em suas escolas, também haja como um canal de trocas de estratégias com escolas periféricas de todo o país. Também será enviado para algumas escolas um projeto-divulgação contendo a apresentação e a proposta

de ações, como também as justificativas para escolhas destas ações e qual o intuito de suas execuções.

## **5. CRONOGRAMA\***

O cronograma será relativo ao ano de 2022, tendo como base de execução uma duração de 6 (seis) meses totais, após a seleção da escola, entre a primeira ação e a finalização do projeto.

## **6. ORÇAMENTO\***

**\* PLANILHAS NAS PRÓXIMAS PÁGINAS**



**\*CRONOGRAMA**

ANO/ 2022							
ETAPAS	AÇÕES	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
<b>Pré-produção</b>	Reunião com a coordenação pedagógica da escola selecionada	x					
	Selecionar equipe principal (A)	x					
	Selecionar equipe secundária (B)	x					
	Entrega do plano geral do 'Ciclo Sankofa'	x					
	Entrega do plano detalhado do 'Ciclo Sankofa'		x				
<b>Produção</b>	Realização do "Encontrão"		x				
	Convite às convidadas/oficineiras e autorizações que sejam necessárias			x			
	Envio do comunicado e convite às responsáveis dos discentes.			x			
	Intervenção Visual na escola e aplicação da ação com a comunidade escolar			x			
	Início do 'Ciclo Sankofa'				x		
	Início da organização da 'Expo Sankofa' e do 'Sara Sankofa'					x	
	Término do 'Ciclo Sankofa'					x	
	Entrega da "carta realidades"					x	
	Realização da 'Expo Sankofa' e do 'Sara Sankofa'						x
<b>Pós- produção</b>	Abertura do questionário anônimo para discentes						x
	Entrega do relatório de equipe						x
	Entrega do relatório final						x
	Emitir certificados para equipes A e B						x
	Dar baixa e armazenar materiais reutilizáveis						x
	Finalizar pagamentos e prestação de contas						x

**\*ORÇAMENTO**

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA						
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE DE UNIDADES	VALOR UNITÁRIO	TOTAL	OBSERVAÇÕES
<b>PESSOAL</b>						
Coordenadora de produção	1	mês	6	R\$1.800,00	R\$10.800,00	
Produtora executiva	1	mês	6	R\$1.600,00	R\$9.600,00	
Arte Educadora	2	mês	6	R\$1.600,00	R\$19.200,00	
Assistente de produção	2	diária	20	R\$80,00	R\$3.200,00	
Social mídia	1	serviço	1	R\$1.500,00	R\$1.500,00	
Psicóloga	1	serviço	1	R\$2.000,00	R\$2.000,00	Para estar disponível durante a realização do ciclo “Sankofa”
Consultor de acessibilidade cultural e inclusão	1	serviço	1	R\$1.000,00	R\$1.000,00	Caso seja necessário
Intérprete de libras	2	diária	9	R\$150,00	R\$2.700,00	Caso seja necessário
Facilitadoras de grupo	8	diária	20	R\$100,00	R\$16.000,00	
Equipe técnica (som, luz e projeção)	1	diária	1	R\$800,00	R\$800,00	Apenas para o “Sara Sankofa”
Oficineiras	2	serviço	1	R\$600,00	R\$1.200,00	
<b>Subtotal</b>					<b>R\$68.000,00</b>	
<b>ESTRUTURA</b>						
Espaço	-	-	-	00	00	Apoio institucional da escola
Locação de equipamento de som e iluminação	1	período	1	R\$3.000,00	R\$3.000,00	Apenas para o “Sara Sankofa”
<b>Subtotal</b>					<b>R\$3.000,00</b>	
<b>LOGÍSTICA</b>						
Transporte local (van)	1	diária	20	R\$300,00	R\$6.000,00	Transporte da equipe
Alimentação	1	verba	1	R\$10.000,00	R\$10.000,00	Para 165 pessoas por 20 dias
<b>Subtotal</b>					<b>R\$16.000,00</b>	

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE DE UNIDADES	VALOR UNITÁRIO	TOTAL	OBSERVAÇÕES
<b>CUSTOS MATERIAIS</b>						
Material de Papelaria	1	verba	1	R\$1.500,00	R\$1.500,00	Para ser utilizado com os discentes
Material e equipamentos para montagem da exposição	1	verba	1	R\$1.000,00	R\$1.000,00	
<b>Subtotal</b>					<b>R\$2.500,00</b>	
<b>CUSTOS ADMINISTRATIVOS</b>						
Insumos Materiais	1	verba	1	R\$600,00	R\$600,00	
Despesas de escritório	1	verba	1	R\$600,00	R\$600,00	
Locação de computador	3	mês	6	R\$400,00	R\$7.200,00	
Locação de impressora	1	mês	6	R\$100,00	R\$600,00	
Acesso à Internet	1	mês	6	R\$100,00	R\$600,00	
<b>Subtotal</b>					<b>R\$9.600,00</b>	
<b>COMUNICAÇÃO</b>						
Identidade visual	1	serviço	1	R\$700,00	R\$700,00	
Camisa	165	unidade	1	R\$15,00	R\$2.475,00	
Kit discente (certificado, livro e diário)	140	unidade	1	R\$50,00	R\$7.000,00	Considerando uma escola com 1 turma por série do Ensino Fundamental II.
Brinde para escola + curso do sorteio	1	verba	1	R\$300,00	R\$300,00	
Impulsionamento das redes sociais	1	verba	1	R\$500,00	R\$500,00	
<b>Subtotal</b>					<b>R\$10.975,00</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>R\$110.075,00</b>	

## ANEXO

1) Sinopse de materiais literários e audiovisuais que possam vir a ser utilizados nos encontros:

- Livros:

- Contos do Baobá (Maté)

O livro traz quatro contos da região da África Ocidental. Há uma interessante apresentação que explica ao leitor sobre a tradição cultural Africana de se ouvir histórias e há também, ao final do livro, uma explicação sobre os baobás, sua importância e seus usos na África. Os contos trazem personagens animais e humanos e ora nos remetem à fábulas, com personagens animais, ora nos remetem aos mitos, com explicações sobre a criação dos peixes e do vento. As ilustrações trazem muitas cores e complementam o sentido do texto, dando mais leveza à leitura.

- Plantando com Malik (Caroline Adesewa e Paulyene Nogueira)

Embora pareça um desafio, plantar o próprio alimento pode ser muito divertido e muito inspirador também, como vai nos apresentar Malik. Produzir o próprio alimento é uma ótima forma de trazer a natureza para a rotina da família, construir uma alimentação mais saudável, desenvolvendo a consciência ambiental e alimentar não só das crianças, mas dos adultos também. Neste livro, Malik vem nos ensinar que plantar nossa própria horta é uma ótima oportunidade de proporcionar momentos deliciosos e divertidos com nossos familiares. Preparar o lugar, afagar a terra, escolher e comprar as sementes e mudas, plantar, cuidar, ver brotar, adubar, colher e preparar uma deliciosa receita para comer em família.

Malik nos ensina a resgatar este fortalecimento de vínculos afetivos com nossa família através do plantio de nosso próprio alimento.

- Com qual penteado eu vou? (Kiusam de Oliveira)

A festa de 100 anos do Seu Benedito vai animar toda a família, afinal, agora ele é um cen-te-ná-rio. Para homenagear seu bisavô nessa data tão importante, suas bisnetas e seus bisnetos irão escolher penteados lindos para participarem da comemoração. E cada uma e cada um irá presentear seu bisavô com a virtude mais poderosa que tem. Com qual virtude você presentearia alguém tão especial?

Uma obra fundamental para pautar a diversidade e a beleza que existe em cada criança, independente de com qual penteado ela vai.

- Crianças de Axé (Quilombos Baixa da Linha - Autoria coletiva)

O livro “Crianças de axé” foi produzido por e para crianças negras, que fazem parte de religiões de matriz africana e tem como objetivo principal fortalecer o compromisso comunitário por meio do incentivo à leitura de salvaguarda da memória coletiva de nossas comunidades.

- Jeremias: Alma (Rafael Calça e Jefferson Costa)

Rafael Calça e Jefferson Costa, os vencedores do Prêmio Jabuti 2019, na categoria Histórias em Quadrinhos, retornam ao Jeremias numa trama emocionante sobre ancestralidade, racismo, merecimento e histórias. Sejam elas fictícias ou de vida. O

clássico personagem de Mauricio de Sousa ganha mais um capítulo de sua bela e forte releitura.

- Audiovisual

- Nana e Nilo (Renato Nogueira)  
Os irmãos gêmeos Nana e Nilo, duas crianças negras brasileiras, viajam para vários países africanos no presente e no passado, e participam de muitas aventuras, descobrindo a origem das coisas e de personagens históricos africanos e afro-brasileiros. Contam com a ajuda de Gino, o pássaro falante, e de Mulemba – uma árvore mágica personificada num baobá que voa e fala.
  - Mytikah - O Livro dos Heróis (Hygor Amorim e Jonas Brandão)  
Neste episódio, Mytikah leva Manga e Leco para 1600 onde veem Zumbi dos Palmares ainda criança ser capturado como escravo. Eles acompanham a fuga de Zumbi para o Quilombo e conhecem Dandara. Anos mais tarde e com ajuda de Dandara, as crianças incentivam Zumbi a lutar contra a escravidão e a liderar o quilombo.
  - Disque Quilombola (David Reeks)  
Crianças do Espírito Santo conversam de um jeito divertido sobre como é a vida em uma comunidade quilombola e em um morro na cidade de Vitória. Por meio de uma genuína brincadeira infantil, os dois grupos falam de suas raízes e revelam o quanto a infância têm mais semelhanças do que diferenças.
  - Besouro (João Daniel Tikhomirow)  
Bahia, década de 20. No interior os negros continuavam sendo tratados como escravos, apesar da abolição da escravatura ter ocorrido décadas antes. Entre eles está Manoel (Aílton Carmo), que quando criança foi apresentado à capoeira pelo Mestre Alípio (Macalé). O tutor tentou ensiná-lo não apenas os golpes da capoeira, mas também as virtudes da concentração e da justiça. A escolha pelo nome Besouro foi devido à identificação que Manuel teve com o inseto, que segundo suas características não deveria voar. Ao crescer Besouro recebe a função de defender seu povo, combatendo a opressão e o preconceito existentes.
- 2) Mini biografia deicineiras e estimuladoras que possam vir a ser convidados para participarem dos encontros:
- Carol Adesewa  
Mulher preta, baiana, professora afrocentrada, atua na educação do Município de São Francisco do Conde. É Idealizadora do projeto Afroinfância – Projeto colaborativo de Educação Afrocentrada que busca contribuir com a construção da identidade e autoestima da criança negra, a partir de referências africanas e afro-diaspóricas. É escritora do livro Plantando com Malik e criadora da Caixinha da Autoestima Afroinfância.
  - Mc Soffia  
MC Soffia é uma rapper, cantora e compositora brasileira. É conhecida pelas letras de suas canções, que falam sobre distorções sociais graves, como preconceito, racismo, machismo e que incentivam outras garotas a se amarem do jeito que são. Segundo ela

“o rap é assim: contar o que você está vivendo, o que está ao seu redor, o que você está sentindo.”

- Magna Domingues

Professora de salas de leitura, escritora, e criadora dos projetos literários Baú Encantado e Clube do Livro Preta, Magna é uma voz multiplicadora de divulgação, sobretudo, de obras que têm mulheres em condição de protagonismo. Seu caminho é o de ensinar, com um bom livro nas mãos, para provar que o conhecimento é uma arma muito poderosa e pacífica contra o preconceito.

## APÊNDICE

- 1) Material de apoio para apresentação oral do projeto

Disponível em:

<https://docs.google.com/presentation/d/1Xp5IZ9XuRioEJe5C0kQLK7YdRtRRcJpn801Ftvnd2oI/edit?usp=sharing>

### Slide 1.





---

# Sankofa: uma iniciativa arte-educacional

●●●●●●●●●●

Érica da Silva Neiva Brito

Banca examinadora:  
 Prof. Dr. João Luiz Pereira Domingues (Orientador)  
 Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Teresa Mattos de Moraes  
 Prof. Me Luiz Carlos Mendonça

Niterói, 2021.2

### Slide 2.

## Antecedentes

●●●●●●●●●●









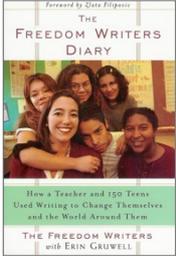
Slide 3.

## Marcos referenciais

●●●●●●●●●●●●●●●●



**Hair Love**  
(2019)



**Escritores da liberdade**  
(2007)



**Monitoria**



Slide 4.

## Marcos referenciais

●●●●●●●●●●●●●●●●



*Klaus Reis*

**bell hooks**



*Cearis UFF*

**Paulo Freire**



## Slide 5.

## Memorial teórico-conceitual



1. Produção Cultural e Educação: caminhos possíveis de atuação  
RUDOLF CAVALCANTE; LIVIA ALVES; LUIS AUGUSTO; PIERRE BOURDIEU
  
2. A Lei 10.639/2003 e as suas dificuldades para “sair do papel”  
ABDIAS NASCIMENTO; RENATO NOGUEIRA; SALES SANTOS; BENILDA BRITO
  
3. A prática da *escrevivência* como legado e memória do povo negro  
HILL COLLINS; RAMÓN GROSGOUEL; CONCEIÇÃO EVARISTO; CHIMAMANDA



## Slide 6.

## Projeto



uma iniciativa arte-educacional

## Slide 7.

## Resumo

●●●●●●●●●●●●●●●●

Este projeto cultural tem como finalidade a execução do “Ciclo SANKOFA”, que visa resgatar e valorizar princípios afrocentrados através do estímulo da escrevivência de estudantes do ensino fundamental II em escolas públicas no Rio de Janeiro no decorrer de oito encontros diluídos em quatro semanas temáticas.




## Slide 8.

## Apresentação

●●●●●●●●●●●●●●●●



Símbolo Adinkra

“Não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”




Cores internacionais da diáspora africana

verde: florestas africanas  
vermelho: sangue da raça negra  
amarelo: ouro da África  
preto: orgulho da raça  
branco: paz mundial




**Slide 9.****Slide 10.**

## Objetivos



Gerais:

- Desenvolver instrumento aplicável que colabore com a construção de uma educação afroafirmativa e estimule a comunidade escolar, professoras e coordenadoras pedagógicas a se envolverem com as práticas antirracistas.
- Colaborar com o processo de construção da identidade racial das discentes negras, indígenas e brancas, dando possibilidades para que cada uma seja consciente do lugar que ocupa no mundo e das possibilidades de transformação.



## Slide 11.

## Objetivos



Específicos:

- Aplicar o projeto em escolas da Rede Pública de Ensino, localizadas em periferias da cidade.
- Realizar o 'Ciclo Sankofa', que consiste em dois (2) encontros semanais durante quatro (4) semanas, tendo um princípio diferente trabalhado a cada uma.
- Realizar dois (2) encontros semanais com duração de 3h13 min, cada.
- Estimular a escrevivência entre discentes de escola pública do ensino fundamental II através da proposta de escrita de uma carta por semana (totalizando 5 cartas).



## Slide 12.

## Objetivos



Específicos:

- Estimular a criação de um grupo/programa, coordenado por discente, responsável ou professor ligado à escola para dar continuidade às ações.
- Distribuir materiais artísticos e educativos afrocentrados para as escolas.
- Realizar a 'Expo Sankofa' e o 'Sara Sankofa' como produtos finais da iniciativa.



## Slide 13.

## Justificativa



Problemáticas

- Epistemicídio, Genocídio e Criminalização
- Necessidade de mudança de foco no uso da lei
- Crises identitárias, de auto estima e dificuldades de aprendizado.




## Slide 14.

## Estratégias de ação - Pré produção (60 dias)



- REUNIÃO COM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
- SELEÇÃO EQUIPE A
  - 1 coordenadora de produção
  - 1 produtora executiva
  - 2 coordenadoras de equipe
- SELEÇÃO EQUIPE B
  - 1 psicóloga
  - 1 social media
  - 2 assistentes de produção
  - 8 facilitadoras
  - Equipe técnica de som e projeção




## Slide 15.

## Estratégias de ação - Produção (90 dias)



- REALIZAÇÃO DO "ENCONTRÃO"  
(dois meses antes do início da aplicação do "Ciclo Sankofa")
- REALIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES VISUAIS  
(um mês antes do início da aplicação do "Ciclo Sankofa")
- APLICAÇÃO DE UM ENCONTRO COM A COMUNIDADE ESCOLAR  
(um mês antes do início da aplicação do "Ciclo Sankofa")



## Slide 16.

## Estratégias de ação - Produção (90 dias)



ESTRUTURA DOS ENCONTROS de 3h13'

1. Boas vindas no pátio;
2. Abertura na sala com jogo/dinâmica;
3. Contextualização do princípio da semana;
4. Troca em roda;
5. Exposição da ferramenta artística cultural ou oficina;
6. Troca em roda;
7. Avisos, tarefas, despedida em canto, entrega do lanche.



## Slide 17.

### Estratégias de ação - Produção (90 dias)

●●●●●●●●●●●●●●●●

SEMANA	TERÇA E QUINTA	DUPLA	CARTA
1 - UBUNTU	ENCONTRO 1 E 2	Maria e Luana	EXPECTATIVA PRIMEIRAS IMPRESSÕES
2 - SÍMBOLO DENKYEM	ENCONTRO 3 E 4	Laura e Cecília	DESABAFO : IMPACTO
3 - ANCESTRALIDADE	ENCONTRO 5 E 6	João e Dylan	DESABAFO: RACHADURAS
4 - SÍMBOLO NKONSONKONSON	ENCONTRO 7 E 8	Max e Vitória	REALIDADE (após 15 dias do encontro 8)

## Slide 18.

### Cronograma

●●●●●●●●●●●●●●●●

		ANO/ 2022						
ETAPAS	AÇÕES	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	
Pré-produção	Reunião com a coordenação pedagógica da escola selecionada	x						
	Selecionar equipe principal (A)	x						
	Selecionar equipe secundária (B)	x						
	Entrega do plano geral do 'Ciclo Sankofa'	x						
	Entrega do plano detalhado do 'Ciclo Sankofa'		x					
Produção	Realização do "Encontro"		x					
	Convite às convidadas/oficineiras e autorizações que sejam necessárias			x				
	Envio do comunicado e convite às responsáveis dos discentes.			x				
	Intervenção Visual na escola e aplicação da ação com a comunidade escolar			x				
	Início do 'Ciclo Sankofa'				x			
	Início da organização da 'Expo Sankofa' e do 'Sara Sankofa'					x		
	Término do 'Ciclo Sankofa'					x		
	Entrega da "carta realidades"					x		
Pós-produção	Realização da 'Expo Sankofa' e do 'Sara Sankofa'						x	
	Abertura do questionário anônimo para discentes						x	
	Entrega do relatório de equipe						x	
	Entrega do relatório final						x	
	Emitir certificados para equipes A e B						x	
Dar baixa e armazenar materiais reutilizáveis						x		
Finalizar pagamentos e prestação de contas						x		

Slide 19.

### Orçamento

●●●●●●●●●●●●●●●●

ITEM	SUBTOTAL
Pessoal	R\$68.000,00
Estrutura	R\$3.000,00
Logística	R\$16.000,00
Custos materiais	R\$2.500,00
Custos administrativos	R\$9.600,00
Comunicação	R\$10.275,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$110.075,00</b>



Slide 20.

